



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO – CSE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LUIZ MATEUS DA SILVA FERREIRA

**A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA SOB A HEGEMONIA
BRITÂNICA NO LONGO SÉCULO XIX**

**FLORIANÓPOLIS
2009**

LUIZ MATEUS DA SILVA FERREIRA

**A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA SOB A HEGEMONIA
BRITÂNICA NO LONGO SÉCULO XIX**

Monografia submetida ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito obrigatório para obtenção
do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Pedro A. Vieira

Co-orientador: Msc. Lairton Marcelo Comerlatto

**FLORIANÓPOLIS
2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO – CSE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA SOB A HEGEMONIA
BRITÂNICA NO LONGO SÉCULO XIX**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM5420 – Monografia

Por: Luiz Mateus da Silva Ferreira

Orientador: Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira

Co-orientador: Msc. Lairton Marcelo Comerlatto

Área de Pesquisa: História Econômica do Brasil e da América Latina

Palavras-chaves: 1. Industrialização Brasileira
2. Sistemas-Mundo
3. Ciclos Sistêmicos de Acumulação
4. Hegemonia Britânica

LUIZ MATEUS DA SILVA FERREIRA

**A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA SOB A HEGEMONIA
BRITÂNICA NO LONGO SÉCULO XIX**

Esta Monografia foi julgada e aprovada para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo atribuída a nota 10 (dez) ao aluno Luiz Mateus da Silva Ferreira na Disciplina CNM 5420 – Monografia (TCC), pela apresentação deste trabalho à Banca Examinadora.

Florianópolis, 19 de junho de 2009.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira
Presidente

Prof. Dr. Sílvio Antônio F. Cário
Membro

Msc. Felipe Amim Filomeno
Membro

Dedico este trabalho a...
Meus pais, compreensivos e dedicados, que
sempre privilegiaram minha educação.
Danielle Carolina, namorada, companheira,
amiga e minha principal incentivadora.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e a meus guias espirituais, que sempre se fizeram presentes em minha vida me dando força e luz.

Agradeço a meu pai Celmo Raul, minha mãe Maria Aparecida e irmã Cássia Caroline, que sempre me apoiaram e por certas vezes abdicaram de seus sonhos para me proporcionar as melhores oportunidades de estudos. A minha mãe e irmã faço um agradecimento especial, pois sempre estiveram ao meu lado, confiaram em minhas idéias no momento em que resolvi vir para Florianópolis estudar. As dificuldades que enfrentamos elas souberam minimizar; com muita fé, paciência, suor e lágrimas adaptaram-se à nova vida e me deram todo o apoio para que eu pudesse estudar. Este trabalho é fruto da dedicação e do carinho de vocês.

Agradeço a Danielle Carolina, namorada, companheira, amiga, que com todo carinho, paciência e dedicação, mostrou-me que nunca posso abandonar meus sonhos e que destes devo fazer objetivos, que se não alcançados representam um aprendizado, pois sempre há algo positivo em tudo.

Como não lembrar de meu querido amigo José Aluizio de Andrade, que me acolheu em sua casa como um filho e com seu carinho, respeito e paciência sempre buscou, com seus conselhos, mostrar-me novos caminhos, já que por muitas vezes os que eu trilhava estavam repletos de espinhos. Agradeço também a minha cunhada Sarita, que apesar de não ter paciência para ouvir e discutir assuntos econômicos, contribuiu, e muito, revisando este trabalho.

Agradeço a todos os professores da graduação pelo comprometimento e atenção. Todos foram importantes, mas tenho uma admiração especial pelos Prof(s). Sílvio Antônio Ferraz Cário, Hoyêdo Nunes Lins e Idaletto Malvezzi Aued; a vocês eu agradeço pela receptividade e disponibilidade, por sempre proporcionarem discussões que muito contribuíram na minha formação, pela atenção e conhecimentos transmitidos.

Não posso deixar de agradecer a Fábio Pádua dos Santos e Felipe Amim Filomeno pelas conversas informais, pela atenção, pelas sutis críticas e indicações de bibliografia que muito contribuíram para este trabalho.

Ao meu orientador Prof. Pedro Antônio Vieira agradeço a dedicação, paciência, amizade e a confiança durante esta jornada que seria muito mais difícil para mim sem seus conselhos. Agradeço também, ao amigo Lairton Marcelo Comerlato que prontamente aceitou

coorientar este trabalho e com sua dedicação e palavras de ânimo foi fundamental nesta caminhada.

A todos que não foram citados, mas que de alguma forma auxiliaram na elaboração deste trabalho, meu muitíssimo obrigado.

Uma pessoa não será provavelmente um bom economista,
se ela for apenas isso.

Stuart Mill

*Meu raciocínio supõe que, divorciada da história, a
economia é um navio desgovernado e os economistas sem
história não tem muita noção para onde o navio navega.*

Eric Hobsbawm

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral explicar o surgimento da indústria no Brasil como parte de um processo sistêmico de expansão da economia mundial capitalista sob a hegemonia britânica. Nesse sentido, busca-se demonstrar como a origem da industrialização brasileira está inserida no Ciclo Sistêmico de Acumulação Britânico (1780-1930). Para tanto, apoiando-se nos conceitos desenvolvidos por Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, buscou-se fazer uma investigação da origem da industrialização brasileira utilizando-se como marco analítico a Análise dos Sistemas-Mundo. Argumenta-se que a origem da industrialização brasileira é parte de um processo sistêmico, comandado pelo Estado e pelos capitais britânicos, os quais, em sua estratégia de acumulação de capital e poder em escala mundial, estimularam e ao mesmo tempo limitaram o processo de industrialização brasileira no decorrer do *Longo Século XIX* (1776-1914). Assim, Grã-bretanha durante seu regime de acumulação não permitiu à indústria no Brasil tornar-se uma fonte de acumulação de capital capaz de melhorar a posição do Estado brasileiro na distribuição mundial da riqueza e poder.

Palavras – Chave: Industrialização Brasileira, Sistemas-Mundo, Ciclos Sistêmicos de Acumulação, Hegemonia Britânica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estrutura do Capitalismo em Camadas Conforme Fernand Braudel.....	23
Gráfico 1 - Dívida Externa do Governo Federal Brasileiro: 1865-1930	58
Gráfico 2 - Total de Investimentos na Indústria de Transformação no Brasil:1855-1939	61
Quadro 1 – Exportações Britânicas para o Brasil: 1808-1821.....	38
Quadro 2 - Produção de Café no Brasil: 1821-1900.....	50
Quadro 3 - Investimentos Britânicos na América Latina e no Brasil: 1825-1913.....	58

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	13
1.1 OBETIVOS.....	18
1.1.1 <i>Objetivo Geral</i>	18
1.1.2 <i>Objetivos Específicos</i>	18
1.2 METODOLOGIA.....	19
CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Principais Interpretações Sobre a Origem e Desenvolvimento da Industrialização Brasileira.....	20
2.1.1 <i>Teoria dos Choques Adversos</i>	20
2.1.2 <i>Industrialização Liderada pela Expansão das Exportações</i>	21
2.1.3 <i>A Industrialização Baseada no Desenvolvimento do Capitalismo Tardio</i>	21
2.1.4 <i>A Industrialização Intencionalmente Promovida por Políticas do Governo</i>	22
2.2 Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação	22
CAPÍTULO 3 - A HEGEMONIA BRITÂNICA, A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL E OS ANTECEDENTES DO SUBDESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO BRASIL	26
3.1 O Ciclo Sistêmico de Acumulação Britânico	26
3.2 A Expansão Imperialista Britânica e o Subdesenvolvimento Industrial Brasileiro....	32
3.2.1 <i>A Supremacia Inglesa no Comércio Português e a Trilha da Continuidade</i>	33
3.2.2 <i>Imperialismo Britânico de Livre Comércio e os Obstáculos à Industrialização Brasileira</i>	40
3.3 A Preeminência Inglesa no Brasil: Recapitulação e Prévia.....	44
CAPÍTULO 4 - CADEIAS MERCANTIS, ECONOMIA CAFEEIRA E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO	47
4.1 Dinâmicas Globais e a Expansão da Economia Cafeeira no Brasil.....	48
4.1.1 <i>Expansão da Economia Cafeeira</i>	50
4.1.1.1 <i>As Ferrovias</i>	52
4.1.1.2 <i>Força de Trabalho</i>	54
4.2 A Expansão Financeira Britânica e a Industrialização Brasileira.....	56

4.2.1 <i>A Industrialização Brasileira</i>	59
4.2.2 <i>Investimentos na Indústria de Transformação do Brasil: 1870-1930</i>	61
CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	72

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

A origem e o desenvolvimento da industrialização brasileira são objetos de inúmeros estudos e têm sido objeto de várias explicações históricas e econômicas, entre as quais destacam-se quatro interpretações (1) a teoria dos choques adversos; (2) a ótica da industrialização liberada pelas exportações; (3) a visão do capitalismo tardio, e (4) a ótica da industrialização promovida intencionalmente por política do governo (SUZIGAN, 2000). Ao adotar qualquer uma dessas interpretações, a expansão da economia cafeeira e o contexto internacional aparecem como elementos-chave da gênese da indústria no Brasil. Isto porque é consenso que o primeiro surto industrial brasileiro ocorreu nas duas últimas décadas do século XIX, devido, principalmente, à expansão da economia cafeeira (CANO, 1981; IGLÉSIA, 1985; SILVA, 1986; MELLO, 1990; MENDONÇA, 1995; FURTADO, 2005). Outro fator que se destaca é que “mesmo em períodos de crescimento impulsionado por forças internas, as restrições externas são os principais determinantes das linhas principais da política econômica” (ABREU, 1992, p. 73). No entanto, estas análises concentraram suas observações num curto espaço de tempo, e geralmente tratam a origem da industrialização brasileira como um fenômeno circunscrito aos limites do Estado nacional, dando pouca importância aos aspectos estruturais, isto é, os processos, tanto sistêmicos quanto locais, de mais longo prazo, que condicionaram o processo de industrialização no Brasil. Não seria correto afirmar que tais interpretações não apresentam o contexto internacional que impulsionaram o desenvolvimento da indústria no Brasil. Pelo contrário, elas apresentam e inserem o país no contexto mundial, o qual, no entanto, é tomado como um dado, uma variável que exerce influência no desenvolvimento nacional somente nos momentos de instabilidade econômica global. Assim, de modo geral, todos esses estudos apresentam a economia nacional brasileira como unidade de análise, isto é, como o espaço onde ocorrem as relações e processos relevantes e que definem e dão significado à industrialização.

O esforço do presente trabalho está justamente em ampliar a unidade de análise, revisando o processo de industrialização brasileira a partir dos conceitos desenvolvidos por Giovanni Arrighi em *O Longo Século XX*¹. Nesse sentido, o estudo busca compreender como as transformações ocorridas na economia mundial capitalista entre o final do século XVIII e

¹ Os conceitos desenvolvidos por Arrighi (1996) e que são pertinentes a este trabalho serão devidamente apresentados no capítulo 2.

início do século XX influenciaram na formação industrial do Brasil. A obra de Arrighi insere-se no que se convencionou chamar Análise e/ou Economia-Política dos Sistemas-Mundo, que adota como unidade privilegiada de análise os sistemas de Estados integrados por uma única divisão mundial do trabalho, e busca generalizações sobre interdependência entre os componentes de um sistema e de princípios de variações entre condições sistêmicas em diferentes espaços e tempos (ARRIGHI, 2003).

Arrighi (1996) descreve que em seu desenvolvimento, o sistema capitalista mundial apresenta quatro grandes fases, que ele denominou Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA); identificados pela nacionalidade dos agentes – Estados e capitalistas – que exerceram a liderança no sistema mundial capitalista, os quatro ciclos são: (1) o genovês, do século XV ao início do século XVII; (2) o holandês, do fim do século XVI até a maior parte do século XVIII; (3) o britânico, da segunda metade do século XVIII ao início do século XX; e (4) o norte-americano, do fim do século XIX até os dias atuais.

Nesta ordem de idéias, nosso problema de pesquisa poderia ser formulado da seguinte maneira: Como se pode explicar o processo de industrialização brasileira no século XIX tomando como referência o Ciclo Sistêmico de Acumulação Britânico?

Entre o final do século XVIII e a metade do século XIX, a crescente especialização na produção de manufaturas e o desenvolvimento de uma extensa divisão mundial do trabalho, de novos meios de produção, transporte e comunicação, frutos da Revolução Industrial, fizeram a Grã-Bretanha transferir para as regiões periféricas grande parte da produção de produtos primários, dos quais ela própria era o principal mercado consumidor. Em meados do século XIX, a difusão das atividades industriais no centro da economia-mundo capitalista, resultou num acelerado processo de desvendamento e criação de novas tecnologias como procedimentos produtivos, máquinas, equipamentos entre outros, todos com intuito de dinamizar e acelerar a produtividade e automaticamente ampliar a acumulação e reprodução do capital. No conjunto das inovações tecnológicas, a economia mundial dependia inicialmente da experiência inglesa, sob forma de projetos, equipamentos, consultores, operários especializados e empresários britânicos que contribuíram para a organização dos complexos fabris desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa Continental, sobretudo na França e Alemanha. Esse processo de expansão industrial e integração dos mercados globais, cujo crescimento se dá na esfera produtiva e depende quase que exclusivamente da produção industrial do Estado hegemônico, constitui o período de ascensão do regime de acumulação britânico e é caracterizado por Arrighi (1996) como a fase de expansão material do *Ciclo Sistêmico de Acumulação Britânico – CSAB* (1780-1870). O regime de acumulação do CSAB

era caracterizado por um processo de desintegração vertical das cadeias mercantis globais, que ligavam à produção primária ao consumo final. Esse processo era coordenado pelas empresas de comércio e navegação britânicas altamente especializadas, unidas por uma rede complexa de transações comerciais centrada na Grã-Bretanha, mas que abrangia todo o globo terrestre (FILOMENO, 2006).

O período seguinte (1870-1930) constituiu, segundo o mesmo autor, a fase de expansão financeira do CSAB. Essa fase, de modo geral, inicia-se ao mesmo tempo em que se verifica uma saturação da expansão material das economias centrais. A saturação da expansão material dentro dos padrões de acumulação capitalista gera um excesso de capital monetário, resultante da queda nos lucros e pelo aumento dos riscos de seu emprego no comércio e na produção. Assim a expansão financeira é reflexo da contradição entre a expansão material – expansão do comércio e da produção, aumentando a concorrência, tendendo à redução da taxa de lucro – e a expansão ampliada do capital em nível global – redução do potencial de reprodução do capital no setor produtivo. Em geral, com a queda nos lucros e o aumento dos riscos do emprego do capital no comércio e na produção, as organizações capitalistas retêm seu capital excedente em forma líquida, isto é, capital monetário circulante. Entretanto, esse volume crescente de capital líquido não permanece ocioso. A exportação de capital por meio de empréstimos e investimentos diretos nas regiões periféricas da economia-mundo torna-se a principal solução para o capital excedente das economias centrais. As organizações estatais ingressam, então, numa disputa pelo capital líquido, constituindo as condições de demanda para a expansão financeira.

A América Latina apresentava-se como principal destino desse capital “ocioso”. A maior parte desse capital era destinada à construção de estradas de ferro e aparelhamento portuário, integrando as atividades econômicas locais – produção de gêneros tropicais de exportação – de forma mais eficiente ao mercado global. Recebendo os capitais excedentes e mantendo-se fornecedora de matérias-primas e alimentos, a região desfrutou de uma significativa melhora nos setores de serviços e infra-estrutura, iniciando, mesmo que lentamente, um processo de acumulação de capital que mais tarde seria utilizado na importação de tecnologias necessárias ao processo de industrialização. Assim, o capital financeiro “desenvolveu” a periferia preservando suas feições coloniais, ou seja, mantendo o modelo de desenvolvimento primário-exportador.

Observando-se somente o caso brasileiro, a existência de um mercado mundial, e, principalmente, a crescente exportação de capitais dos países centrais, sobretudo da Inglaterra, foram determinantes no desenvolvimento e na expansão da economia cafeeira, ou seja, a

expansão da produção cafeeira só foi possível, primeiro, pelo aumento da demanda externa – proporcionada pela intensa divisão mundial do trabalho e pela expansão do comércio mundial –, segundo, pelos vultosos investimentos em infra-estrutura, principalmente na construção de ferrovias, que em grande parte foram financiadas pelos ingleses ou eram de sua propriedade. Destaca-se que a intensificação da divisão mundial do trabalho, a expansão do comércio mundial e o desenvolvimento das ferrovias são frutos da Revolução Industrial. A Grã-Bretanha foi o centro de origem dessa revolução. Assim, a acumulação de capital no Brasil na segunda metade do século XIX e início do século XX utilizado para importar capital e tecnologia necessária à formação industrial do país é resultado de um processo sistêmico de acumulação de poder e riqueza em nível global.

Portanto, o *Longo Século XIX* (1776-1914) foi marcado por profundas transformações no tocante às atividades de acumulação e reprodução do capital na economia mundial capitalista. No conjunto das transformações ocorridas no decorrer desse período, cujas origens estão na Revolução Industrial Inglesa do final do século XVIII, destaca-se o processo de internacionalização das relações de produção e distribuição, resultando em uma intensa acumulação de capital que perpassa os limites geográficos do Estado Nacional, integrando as mais diversas regiões do globo terrestre. Contudo, essa integração dos mercados mundiais, não é um fenômeno novo; ao contrário, é uma continuidade dos processos iniciados na Europa no século XVI, quando o comércio de longa distância desenvolveu uma rede de produção e trocas de grandes proporções desdobradas internacionalmente. O elemento novo que surge com a Revolução Industrial é o industrialismo, que segundo Braudel (1998) é um “movimento amplo e basculante de toda uma sociedade para o modo de vida industrial” (Ibid p. 547). Nesse sentido, cabe destacar que os diferentes processos de industrialização, independentemente de tempo e espaço, estão inseridos nesse processo longo cujo centro é o desenvolvimento manufatureiro inglês.

É nesse contexto que se lança a hipótese de que a origem da industrialização brasileira está inserida no CSAB. Argumenta-se que o Estado e o capital britânicos, em sua estratégia de acumulação de capital e poder em escala mundial, estimularam e ao mesmo tempo limitaram o processo de industrialização brasileira no decorrer do *Longo Século XIX*, não permitindo à indústria nacional tornar-se uma fonte de acumulação de capital capaz de melhorar a posição do Brasil na distribuição mundial da riqueza e poder.

Neste momento, é importante destacar que a análise da industrialização brasileira na perspectiva de Análise dos Sistemas-Mundo, proposta neste trabalho, não pretende inicialmente confrontar com as interpretações mencionadas anteriormente, pois inclusive

incorpora parcialmente alguns de seus argumentos; porém, a explicitação e sistematização dos condicionamentos sistêmicos à industrialização brasileira realizada aqui poderá, sim, servir, num futuro trabalho, como base para refutar ou validar certas teses sobre o processo de industrialização brasileira. Desta forma, espera-se que o leitor compreenda que este trabalho é um ensaio geral, em que o objetivo maior é ampliar a unidade de análise no estudo da origem da indústria brasileira. Assim, as possíveis lacunas no desenvolvimento dos argumentos presentes neste trabalho serão preenchidas em estudos futuros.

Dito isto, o objetivo geral desse trabalho é explicar o surgimento da indústria no Brasil como parte de um processo sistêmico de expansão da economia mundial capitalista sob a hegemonia britânica. Nesse sentido, busca-se demonstrar como a origem da industrialização brasileira está inserida no CSAB (1780-1930). Para tanto, além dessa introdução, o trabalho se compõe de mais quatro capítulos. No próximo capítulo, será apresentada uma breve revisão das principais interpretações sobre a origem da industrialização brasileira e acerca do que são os CSA.

No terceiro capítulo, descreve-se o CSAB, buscando-se evidenciar como se configurou a hegemonia Britânica na economia mundial capitalista. Posteriormente, faz-se uma descrição da influência inglesa na formação e desenvolvimento do Estado brasileiro.

No quarto capítulo, faz-se uma síntese do processo de expansão da economia cafeeira, adotando-se como perspectiva a expansão da economia mundial capitalista. Em seguida, busca-se evidenciar como o capital britânico influenciou na expansão da economia agro-exportadora, conduzindo ao primeiro surto industrial brasileiro. Nesse mesmo capítulo serão apresentados aspectos gerais da formação industrial do Brasil e as tendências de investimentos na indústria de transformação no final do século XIX início do XX.

Como não podia deixar de ser, o quinto e último capítulo está reservado para as considerações gerais.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Explicar o surgimento da indústria no Brasil como parte de um processo sistêmico de expansão da economia mundial capitalista sob a hegemonia britânica.

1.2.2 Objetivos Específicos

- i. Apresentar como a preeminência britânica no Brasil no século XIX resulta de um processo sistêmico de lutas pela supremacia mundial;
- ii. Demonstrar como a hegemonia britânica na economia-mundo no longo século XIX, ao mesmo tempo em que estimulou o desenvolvimento industrial do Brasil impôs limites a esse desenvolvimento;

1.3 METODOLOGIA

A investigação do processo de industrialização brasileira sob a hegemonia Britânica consiste na utilização do método histórico que, basicamente, procura preencher os vazios dos acontecimentos de um determinado período, buscando encontrar as possíveis conexões dos fenômenos e sua continuidade. Neste sentido a metodologia adotada para a elaboração do presente estudo é a narrativa. Segundo Labov (1977), a narrativa é uma técnica que permite explorar a história por meio da combinação da sequência verbal de sentenças com a sequência de eventos que ocorreram. No ato de narrar, surgem novas reflexões sobre experiências subjetivas conduzindo a remodelações das interpretações pré-existentes. Na narrativa, o jogo das interpretações com a cadeia de acontecimentos permite ampliar a análise da sociedade, pois na narrativa passado, presente e futuro são articulados.

Assim, a narrativa proposta neste trabalho consiste em articular as principais interpretações sobre a origem e desenvolvimento da industrialização brasileira no século XIX com as transformações sistêmicas da economia mundial capitalista. Para tanto, buscou-se fazer uma análise da literatura científica utilizando-se dos conceitos desenvolvidos por Giovanni Arrighi, Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein.

Buscando atender o objetivo geral deste trabalho, recorreu-se ao instrumento teórico-metodológico da Análise dos Sistemas-Mundo, por ser essa uma abordagem que abarca o desenvolvimento conjunto da economia-mundo e de suas partes integrantes, a partir de uma análise sistêmica e de longa duração como nos ensina Braudel.

Entre os materiais bibliográficos utilizados, estão: livros, artigos, teses, revistas, e sítios eletrônicos; devidamente especificados.

CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, faz-se primeiramente uma síntese das principais interpretações sobre a origem e desenvolvimento da industrialização brasileira. Em seguida, apresenta-se o conceito de Ciclo Sistêmico de Acumulação, desenvolvido por Giovanni Arrighi em *O Longo Século XX*. Os conceitos apresentados neste capítulo é que nortearão esta pesquisa.

2.1 PRINCIPAIS INTERPRETAÇÕES SOBRE A ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Existem diferentes interpretações sobre a origem e o desenvolvimento das atividades industriais no Brasil. As principais interpretações são: (1) a teoria dos choques adversos; (2) a ótica da industrialização liberada pelas exportações; (3) a visão do capitalismo tardio, e (4) a ótica da industrialização promovida intencionalmente por política do governo. Essas foram discutidas por Wilson Suzigan em sua obra *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*, a qual será o guia que conduzirá a investigação nessa parte do trabalho.

2.1.1 A Teoria dos Choques Adversos

A teoria dos choques adversos² dispõe que o crescimento industrial brasileiro foi induzido por dificuldades impostas pela Primeira Guerra Mundial e pela Grande Depressão dos anos 1930 no que se refere à redução das importações. Isto é, choques adversos (crises internacionais, guerras e eventos externos economicamente negativos) causam dificuldades no comércio internacional, inviabilizando a importação de certos produtos. Consequentemente, a demanda interna, sustentada por políticas expansionistas, desloca os fatores de produção para as atividades de substituição de importação (SUZIGAN, 2000). Portanto, conforme essa interpretação, os obstáculos impostos pelos choques externos teriam estimulado o desenvolvimento industrial brasileiro.

² Essa teoria é apresentada por Suzigan (2000) em duas versões: Uma “versão extrema” atribuída à CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e uma outra atribuída a Furtado (1963) e Tavares (1972). “A diferença básica entre as duas versões é que a primeira proclama-se como uma “teoria” de aplicação geral, ao passo a análise de Furtado e Tavares trata apenas do choque da crise do café e da Grande Depressão dos anos 30” (Ibid, p.25).

2.1.2 A Industrialização Liderada pela Expansão das Exportações

A interpretação da industrialização liderada pela expansão das exportações difere da teoria dos choques adversos, ao estabelecer uma relação direta entre o desempenho do setor exportador e o desenvolvimento das atividades industriais no país. Ou seja, segundo essa ótica, o excedente gerado pela atividade agro-exportadora encontrava nas atividades industriais uma área de investimento, principalmente nos períodos de bom desempenho das exportações, o que não acontecia durante períodos de crise no setor exportador, quando aquele excedente diminuía. Conforme Suzigan (2000), essa interpretação caracteriza o desenvolvimento industrial anterior à década de 1930 como um processo abrangente de industrialização, e não limitado à produção de bens de consumo como extensão do setor exportador.

2.1.3 A Industrialização Baseada no Desenvolvimento do Capitalismo Tardio

As especificidades do processo de desenvolvimento industrial brasileiro, tardio em relação aos processos originais, estabelecem limites e peculiaridades que tornam a articulação da expansão do setor exportador com o desenvolvimento industrial muito mais complexa do que sugere a teoria dos choques adversos.

O “Grupo de Campinas”, composto por Maria Conceição Tavares (1974), Sergio Silva (1976), Liana Maria Aureliano (1981) e João Manuel Cardoso de Mello (1982), sustenta que no Brasil, na passagem da economia mercantil para um modo especificamente capitalista de produção, ocorreu um desenvolvimento capitalista baseado ou capitaneado pela acumulação industrial. Esse capitalismo industrial teria sido possibilitado pelo complexo cafeeiro e pela mão-de-obra assalariada. Segundo Suzigan:

(...) a ótica do capitalismo tardio substitui a tradicional dicotomia fatores externos *versus* fatores internos como motores do crescimento, por uma interpretação que visualiza o crescimento indústria como primordialmente um resultado do processo de acumulação de capital no setor agrícola exportador, o qual, por sua vez, depende da procura externa. (...) Assim, o desenvolvimento do capitalismo no comércio do café ao mesmo tempo estimulou o desenvolvimento industrial e impôs limites a esse desenvolvimento (Ibid, p. 35-37).

Nesse sentido, a limitação do desenvolvimento industrial devia-se, entre outros fatores, à subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro, e deste ao capital internacional. Desta forma, a relação entre o desenvolvimento da indústria e a expansão do setor cafeeiro não é linear, tal como sugere a interpretação da industrialização liderada pela expansão das exportações.

2.1.4 A Industrialização Intencionalmente Promovida por Políticas do Governo

O objetivo dessa interpretação é atribuir a importância do papel do Estado no processo do desenvolvimento industrial brasileiro, no período anterior a 1930, notadamente por meio de políticas protecionistas e da concessão de incentivos e subsídios governamentais. No entanto, há consenso de que tal política, no sentido em que foi definida por Hirschman³, não foi implementada no Brasil antes da década de 1950 (SUZIGAN, 2000).

É certo que incentivos e subsídios a partir da Primeira Guerra proporcionaram certa diversificação da produção industrial brasileira antes da década de 1930. Todavia, esses estímulos foram para o desenvolvimento de indústrias específicas (mas não o desenvolvimento industrial geral). As forças políticas ligadas a agro-exportação opunham grande resistência política à concessão de incentivos e subsídio à indústria. Desta forma, conforme Suzigan (2000) os incentivos foram esporádicos e não sistemáticos, sendo um exagero atribuir às políticas governamentais a diversificação da produção industrial ocorrida no período que antecede a Grande Depressão.

Feitas as considerações acerca das principais interpretações sobre a origem e desenvolvimento da industrialização brasileira, pode-se agora caracterizar os principais conceitos do modelo teórico elaborado por Giovanni Arrighi, em *O Longo Século XX*.

2.2 OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO

Antes de caracterizar o arcabouço analítico proposto por Giovanni Arrighi em *O Longo Século XX*, faz-se necessário entender o capitalismo da mesma forma como Braudel (1985) o concebeu, ou seja, como uma camada superior de um esquema tripartido – conforme Figura 1 – representando a vida econômica. A camada inferior dessa estrutura tripartida, inicialmente a mais ampla, de uma economia extremamente elementar e basicamente auto-suficiente, Braudel denominou de *vida material*. Essa camada – onde a relação do homem com as coisas é orientada pelo seu valor de uso e não pelo seu valor de troca – é o solo em que o capitalismo crava suas raízes, mas no qual nunca consegue penetrar completamente. Acima dela, vem a *economia de mercado*, com suas muitas comunicações horizontais entre os

³ Segundo Hirschman (1968) apud Suzigan (2000, p 41), “uma política deliberada de desenvolvimento é aquela levada a efeito não mais apenas do meio de proteção aduaneira, mas através de uma ampla gama de instrumentos de política fiscal e creditício, através de pressões sobre as firmas importadoras estrangeiras para que estabeleçam operações industriais, bem como através de ação direta: o estabelecimento de empresas estatais ou, crescentemente, de companhias ou bancos de desenvolvimento que são então encarregados de prover empreendimentos específicos”.

diferentes mercados em que há uma coordenação automática que liga a oferta, a demanda e os preços. Depois dessa camada e acima dela, vem a zona do *antimercado*, onde circulam os grandes predadores e vigora a lei das selvas. É onde o capital encontra o Estado, que cria monopólios gerando lucros extraordinários que não podem ser obtidos na economia de mercado. Esse – hoje como no passado, antes e depois da revolução industrial – **é o verdadeiro lar do capitalismo** (ARRIGHI, 1996).



Figura 1: Estrutura do capitalismo em camadas conforme Fernand Braudel

Conforme Arrighi (1996), a questão principal no estudo do capitalismo como sistema mundial não é identificar quando e como uma economia mundial de mercado ergueu-se acima das estruturas primordiais da vida cotidiana, mas quando e como o capitalismo ergueu-se acima das estruturas da economia mundial de mercado preexistente e, com o passar do tempo, transformou-se no “monstruoso modelador da história mundial” (BRAUDEL, 1984 apud ARRIGHI, 1996, p. 11).

Apoiando-se em Braudel, Arrighi (1996) destaca a “existência de uma relação ligando a criação e a reprodução ampliada do capitalismo histórico, como sistema mundial, aos processos de formação de Estados” (Ibid, p. 10). Conforme Arrighi (1996),

(...) a concentração do poder nas mãos de determinados blocos de órgãos governamentais e empresariais foi tão essencial para as reiteradas expansões materiais da economia mundial capitalista quanto a concorrência entre estruturas políticas aproximadamente equivalentes. Como regra geral, as grandes expansões materiais só ocorreram quando um novo bloco dominante acumulou poder mundial suficiente para ficar em condições não apenas de contornar a competição interestatal, ou erguer-se acima dela, mas também de mantê-la sob controle,

garantindo um mínimo de cooperação entre os Estados. O que impulsionou a prodigiosa expansão da economia mundial capitalista nos últimos quinhentos anos, em outras palavras, não foi a concorrência entre Estados como tal, mas essa concorrência aliada a uma concentração cada vez maior do poder capitalista no sistema mundial como um todo (ARRIGHI, 1996, p.13).

Para Arrighi (1996), Veneza/Gênova, Holanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos, nesta ordem, foram as grandes potências das sucessivas épocas durante as quais seus grupos dominantes desempenharam, ao mesmo tempo, o papel de líderes dos processos de formação do Estado nacional e de acumulação de capital. Desta forma, “a fusão entre o Estado e o capital foi o ingrediente vital da emergência de uma camada claramente capitalista por sobre a camada da economia de mercado e em antítese a ela” (ARRIGHI, 1996, p.20). Portanto, o capitalismo só triunfa quando coloca o Estado a seu serviço, isto é, quando o capitalista se associa com o Estado, associação esta que permite cada um alcançar seus objetivos: o capitalista acumula riqueza e dinheiro e o Estado acumula poder.

Ao concentrar sua investigação no capitalismo, ou seja, na camada superior da hierarquia tripartida elaborada por Braudel, Arrighi (1996) destaca a flexibilidade e a mobilidade do capital que em determinados períodos assumiu diferentes especializações, dada a maior possibilidade de auferir lucros em larga escala. Essa idéia deriva do pensamento braudeliano de que as principais características do capitalismo histórico foram a “flexibilidade” e o “ecletismo” do capital e não as formas concretas assumida por ele em diferentes lugares e épocas. Assim, pode-se dizer que entre as principais características do capitalismo estão à facilidade de adaptação e reconversão para as atividades nas quais possa ampliar a reprodução do capital da melhor e maior forma possível (BRAUDEL, 1985).

Utilizando-se da formula geral de Karl Marx – DMD’ –, Arrighi (1996) interpreta a “caracterização braudeliana da ‘expansão financeira’ como um sintoma da maturidade de determinado desenvolvimento capitalista” (Arrighi, 1996, p. 05) e, desta forma, elabora o conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA). Conforme Arrighi,

o aspecto central [do capitalismo histórico como sistema mundial] é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD’). Nas fases de expansão material, o capital monetário ‘coloca em movimento’ uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dívidas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário ‘liberta-se’ de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD’). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (ARRIGHI, 1996, p. 06, grifo no original).

Os CSA correspondem à ascensão e à queda de regimes específicos de acumulação de capital e poder em escala global, cada qual correspondendo à hegemonia de certo bloco de agentes estatais e empresariais e tendo duração média de um século. Ao elaborar o conceito de CSA, Arrighi buscou “descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes [de acumulação] pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade” (ARRIGHI, 1996, p. 10).

Os CSA são formados por duas fases; a primeira, de expansão material, e a segunda, de expansão financeira. A fase de expansão material corresponde ao período de ascensão e consolidação de um regime de acumulação de capital em escala global. Esta consiste em mudanças contínuas, durante as quais o crescimento da economia mundial está na esfera produtiva e no aumento da circulação de uma grande quantidade de mercadorias. Na segunda fase, de expansão financeira, o fluxo monetário se desloca do comércio e da produção para o ambiente financeiro. Nesta etapa, as contradições do regime de acumulação hegemônico, que se encontra inteiramente desenvolvido, acentuam-se criando espaços para o surgimento de regimes concorrentes, um dos quais se tornará hegemônico. Corresponde, portanto, ao período de transição hegemônica.

Apresentada a idéia de Ciclos Sistêmicos de Acumulação e tendo em vista os objetivos deste estudo, veja-se agora o Terceiro Ciclo – o Britânico – para, posteriormente, descrever a influência inglesa na formação política e econômica do Brasil durante o século XIX.

CAPÍTULO 3 – A HEGEMONIA BRITÂNICA, A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL E OS ANTECEDENTES DO SUBDESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO

No presente capítulo, busca-se, por meio dos conceitos e da análise histórica proposta por Giovanni Arrighi em *O Longo Século XX*, caracterizar algumas das transformações ocorridas na sociedade brasileira durante o Ciclo Sistêmico de Acumulação Britânica (CSAB). Para tanto, apresenta-se o CSAB, buscando-se evidenciar como se configurou a hegemonia britânica na economia mundial capitalista. Feito isso, faz-se uma descrição da influência inglesa na formação industrial e no desenvolvimento do Estado brasileiro durante a primeira metade do século XIX.

3.1 O CICLO SISTÊMICO DE ACUMULAÇÃO BRITÂNICO

O Tratado de Vestfália, de 1648, ao reconhecer formalmente o direito à soberania nacional, estabeleceu um “equilíbrio de poder” no sistema europeu de Estados nacionais, mas não pôs fim às lutas pela supremacia mundial. O período entre 1652 e 1815 foi marcado por um prolongado e intenso conflito entre as potências imperialistas, sobretudo França e Inglaterra.

Arrighi (1996) divide esse período de disputa imperialista em três fases: a primeira caracterizou-se pela tentativa fracassada de incorporação dos Estados capitalistas; em seguida, buscou-se incorporar as fontes de riqueza e poder dos Estados capitalistas; e, por fim, a vitória britânica na Guerra dos Sete Anos (1756-1763). A tentativa dos governantes territorialistas de incorporar os Estados capitalistas mostrou-se ineficaz, obrigando-os a revisar suas estratégias, o que deu início à segunda fase. Nesta etapa, os esforços de Inglaterra e França se concentraram na incorporação das fontes de riqueza e poder do Estado capitalista, em vez de tentarem incorporar o próprio Estado. Neste contexto de concorrência inter-estatal, para alcançar e superar os que haviam chegado primeiro na disputa pela hegemonia mundial (portugueses, espanhóis e holandeses), os retardatários (França e Inglaterra) tiveram que reestruturar radicalmente a geografia política do comércio mundial. Nesse processo, destacam-se três componentes essenciais e estreitamente inter-relacionados: a colonização direta, a escravidão capitalista e o nacionalismo econômico.

Ao colonizar diretamente as Índias, os britânicos encontraram uma forma de contrabalançar as vantagens dos Estados Ibéricos que haviam se antecipado com a expansão

ultramarina. A escravidão capitalista fora ao mesmo tempo condição e resultado da colonização direta. Ao utilizar-se do industrialismo do colono, os britânicos esbarrariam na escassez de mão-de-obra; porém essa escassez favoreceu a lucratividade das empresas capitalistas engajadas na obtenção, transporte e utilização produtiva da mão-de-obra escrava africana, sobretudo nas Américas. O terceiro elemento chave – o nacionalismo econômico – tem na gestão da economia nacional seu principal aspecto. Ao transformar grande parte dos seus custos de proteção em receita, a Grã-bretanha fez que as guerras custeassem a si mesmas, estimulando o desenvolvimento de sua economia doméstica. A terceira e última fase da luta pela supremacia mundial foi marcada pela Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Vitoriosa, a Grã-bretanha ganhava o passaporte para a posição hegemônica na economia mundial. No entanto, o crescente caos sistêmico, reflexo das lutas pela supremacia mundial, constituiu-se um obstáculo à hegemonia inglesa, que só veio a consolidar-se em 1815 com a assinatura do Tratado de Viena (ARRIGHI, 1996).

Ao estabelecer novos instrumentos de regulação de mercado favoráveis à consolidação da indústria como principal meio de acumulação, de assegurar a reprodução do capital em escala mundial e de estabelecer mecanismos de controle de insurreições sociais, que até então não tinham exercido papel de destaque nas grandes transformações mundiais (VIEIRA *et al*, 2007), a Grã-bretanha estabeleceu um tipo totalmente novo de hegemonia mundial. Isso se faz notar em três níveis de análise diferentes, porém inter-relacionadas: (1) um novo grupo de nações, incluindo o Brasil, uniu-se ao grupo de Estados dinásticos; (2) o imperialismo colonial foi substituído pelo imperialismo de livre-comércio; e (3) a difusão da idéia liberal do mercado auto-regulável (ARRIGHI, 1996).

Ressalta-se que na época da ascensão e plena expansão do regime de acumulação britânico, a Grã-bretanha estava em vias de conquistar um império comercial e territorial de abrangência mundial – a Índia – o que daria aos seus grupos dirigentes e as suas classes capitalistas um domínio sem precedentes sobre os recursos humanos e naturais do mundo (ARRIGHI, 1996). A Índia se tornaria o sustentáculo do Império Mundial Britânico que, de modo geral, foi constituído e financiado pela

(...) imposição dos Encargos Metropolitanos – mediante os quais a Índia foi obrigada a pagar pelo privilégio de ser saqueada e explorada pela Grã-Bretanha – e o controle exercido pelo Banco da Inglaterra sobre as reservas de divisas da Índia transformaram esse país no pivô da supremacia financeira e comercial da Grã-Bretanha. O déficit do balanço de pagamentos que a Índia tinha com a Grã-Bretanha e seu superávit com o resto do mundo permitiram que esta última liquidasse seu déficit em conta corrente com todas as outras nações (ARRIGHI, 2001, p.73)

Parte dos tributos extraídos do subcontinente indiano foi destinada a “alicerçar e expandir o aparelho coercivo através do qual mais e mais súditos não ocidentais foram acrescentados ao império territorial britânico” (ARRIGHI, 1996, p. 54). A outra parte, igualmente importante, “foi canalizada para Londres sob diversas formas, sendo reciclada nos circuitos de riqueza através dos quais o poderio britânico no mundo ocidental era continuamente reproduzido e ampliado” (Ibid, p. 54)

A reciclagem dos tributos imperiais extraídos das colônias permitiu uma grande concentração de reservas que fizera de Londres a sede natural da *haute finance* – a *City* londrina se tornou o centro financeiro de um crescente comércio mundial – cujas redes globais transformaram-se em mais um instrumento da gestão britânica do sistema inter-estatal (ARRIGHI, 1996; POLANYI, 2000).

Ao dominar as altas finanças, a Grã-bretanha pôde usufruir de um crédito praticamente ilimitado para sua busca pelo poder. O aumento nos investimentos e nos gastos públicos, mediante uma inflação induzida pelos tempos de guerra, fez crescer a produção industrial no interior da Inglaterra (ARRIGHI, 1996). Estreitavam-se, assim, as relações comerciais e financeiras nacionais inglesas, tornando cada vez mais importante o mercado interno. No entanto, entre 1700 e 1770, as taxas de crescimento do mercado externo para os produtos ingleses cresceram muito mais rapidamente que as do mercado interno. Entre 1750 e 1770, por exemplo, a produção para o mercado interno aumentou 7%, ao passo que para o mercado externo, 80% (HUNT, 2005). No mesmo sentido, o desenvolvimento acelerado das inovações tecnológicas permitiu um rápido desenvolvimento dos meios de produção. A maior produtividade e o crescimento da procura externa de produtos industrializados ingleses conduziram a um aumento dos lucros dos capitalistas e dos comerciantes britânicos. Como sugeriu John Hicks, um comércio lucrativo fornece continuamente um incentivo para o reinvestimento rotineiro dos lucros em sua expansão adicional (HICKS 1969 apud ARRIGHI, 1996). O ciclo virtuoso/vicioso do reinvestimento dos lucros no setor produtivo e no aprimoramento da produção resultou numa “explosão” tecnológica e produtiva, que por sua magnitude foi expressa como uma Revolução: a Revolução Industrial Inglesa.

Com a Revolução Industrial, “a Grã-Bretanha especializava-se crescentemente na produção de manufaturas, transferindo para o resto do mundo a produção dos produtos primários para os quais era o principal mercado consumidor” (FILOMENO, 2006, p 51). Esta nova divisão mundial do trabalho, sob hegemonia britânica, estava estabelecida, portanto, entre os países que formam o núcleo orgânico da economia-mundo capitalista, cujo centro de

origem é a Revolução Industrial Inglesa, e o restante do mundo que aparece primordialmente como fornecedor de gêneros primários (SINGER, 1985).

Por volta de 1850, “a contínua liberalização unilateral do comércio britânico criou condições para uma grande expansão do comércio e da produção mundiais” (ARRIGHI, 1996, p. 165), favorecendo, desta forma, a intensificação da divisão mundial do trabalho acima referida. Conforme Cury (2006),

o resultado prático [da divisão mundial do trabalho] era de que quanto mais os países de economia primário-exprotadora vendessem os seus produtos, mais se tornavam capazes de importar e de contratar empréstimos e financiamentos do exterior, em virtude da maior obtenção de divisas. Tendo a Grã-Bretanha se tornado a [principal praça comercial da economia mundial] graças à intensa importação de matéria-prima e alimentos que fazia, era uma decorrência quase “natural” que seus bens e serviços encontrassem o caminho livre [nas regiões periféricas e semiperiféricas da economia mundial] e que a libra-esterlina fosse o principal meio de pagamento no plano internacional. Ao lado disso, a abundante oferta de capitais para investimentos no mercado londrino contribuía para tornar a moeda inglesa a grande fonte de empréstimos e financiamentos, à qual recorriam países do mundo inteiro. O extraordinário volume de negócios administrado pela *City*, portanto, não tinha rivais à altura, em todo o século XIX (Ibid, p. 24-25 grifo do autor).

Assim, o efeito conjunto da expansão material do CSAB levou as atividades econômicas de uma parcela crescente da humanidade a se comportarem como elementos interdependentes de um conjunto articulado num quadro de especialização geográfica (FILOMENO, 2006); ao mesmo tempo, fortaleceram as importantes instituições financeiras, que de seus escritórios na *City* controlavam uma complexa rede comercial e de investimentos, que cobria praticamente todo o globo terrestre (CURY, 2006).

Em meados do século XIX, a expansão material britânica ganhou novo impulso. A máquina a vapor adaptada em um chassi ou a um barco deu origem à ferrovia e à navegação a vapor, alterando de forma substancial os meios de comunicação e transportes, que passaram a atender compulsivamente os interesses do capitalismo industrial britânico. As inovações tecnológicas e o desenvolvimento nos setores de siderurgia aumentaram a demanda por carvão, ferro e outros metais, estimulando a indústria e o comércio britânico no geral (SILVEIRA, 2003).

A expansão da construção de ferrovias, dentro e fora da Grã-bretanha, teve uma importância estratégica e singular no desenvolvimento econômico daquele período. Entre as décadas de 1840 e 1850, a construção ferroviária, em termos de “absorção de recursos monetários e bens de capital, ultrapassou em importância qualquer tipo anterior de despesa de investimento” (DOBB, 1973, p. 296). A Inglaterra foi o centro de origem desta revolução. O monopólio da técnica e da produção de ferrovias permitiu à Grã-bretanha colocar à venda no

mercado mundial um produto – a estrada de ferro – que por suas características particulares era uma espécie de “pacote industrial”, cuja aquisição implicava a obtenção simultânea das técnicas, dos equipamentos e, na maioria dos casos, do financiamento ou empréstimos para construí-la. Conforme Cury (2006), “com as estradas de ferro, a Grã-Bretanha consolidou sua hegemonia comercial e industrial” (Ibid, p. 18).

O desenvolvimento dos meios de transportes e a expansão das ferrovias em escala global estimularam a expansão do comércio internacional, “encurtando as distâncias” entre as diversas regiões do globo terrestre (SILVEIRA, 2003). Mas como toda fase de expansão material dos CSA, a grande expansão do comércio mundial tinha levado a uma intensificação sistêmica de pressões competitivas sobre as atividades de acumulação de capital. A acirrada concorrência entre os capitalistas resultou numa queda substancial dos preços; a taxa de juro também acompanhou a tendência de queda, os lucros encolheram e o sistema econômico parecia estar desmoronando (ARRIGHI, 1996).

Em toda a economia-mundo centrada no Reino Unido, uma quantidade maior de empresas comerciais de um número crescente de países vinha-se prejudicando mutuamente na busca de insumos e no posicionamento de seus distribuidores, destruindo o controle mais ou menos exclusivo de determinados mercados. Nesse ambiente recessivo de crescentes pressões competitivas, muitas empresas decidiram manter-se líquidas ao investir ou reinvestir seus lucros no setor produtivo, que, naquele momento, não apresentavam nenhuma vantagem comparativa especial (ARRIGHI, 1996).

A Grande Depressão (1873-1896) era o sinal do início do esgotamento das estruturas e estratégias que caracterizavam o regime de acumulação britânico. A “oficina do mundo” se tornou progressivamente obsoleta, com a indústria inglesa perdendo uma liderança até então inquestionável. A Grande Depressão representou, desta forma, um ponto de inflexão no rumo do capitalismo no século XIX. No entanto, não significou o fim do capitalismo como sistema econômico mundial e, conforme Hobsbawn (1988), tampouco foi Grande:

[Entre] 1873 e meados dos anos 1890, a produção mundial, longe de estagnar, continuou a aumentar acentuadamente. Entre 1870 e 1890, a produção de ferro dos cinco principais países produtores mais do que duplicou (de 11 para 23 milhões de toneladas); a produção de aço, que agora passa a ser o indicador adequado do conjunto da industrialização, multiplicou-se por vinte (de 500 mil para 11 milhões de toneladas). O crescimento do comércio internacional continuou a ser impressionante (...). Foi exatamente nessas décadas que as economias industriais americana e alemã avançaram a passos agigantados (...). Muitos dos países ultramarinos recentemente integrados à economia mundial conheceram um surto de desenvolvimento mais intenso que nunca (...) O investimento estrangeiro na América Latina atingiu níveis assombrosos nos anos 1880, quando a extensão da rede ferroviária argentina foi quintuplicada. Será que um período com um aumento tão espetacular da produção podia ser descrito como uma ‘Grande Depressão’? (Ibid, p. 58-9)

Na verdade, a Grande Depressão foi a Grande Deflação. No período entre 1873 e 1896 ocorreu a mais drástica deflação; “nenhum período foi mais drasticamente deflacionário” (HOBSBAWN, 1988, p.61).

Neste contexto,

[o] pluralismo crescente da economia mundial [basicamente, a emergência de novas nações industrializadas] ficou, até certo ponto, oculto por sua persistente e, na verdade, crescente dependência dos serviços financeiros, comerciais e da frota mercante da Grã-Bretanha. Por um lado, a City de Londres era, mais que nunca, o centro de operações das transações comerciais internacionais (...). Por outro lado, o enorme peso dos investimentos britânicos no exterior e de sua frota mercante reforçou ainda mais a posição central do país, numa economia mundial que girava em torno de Londres e se baseava na libra esterlina. (...) Na verdade, a posição central da Grã-Bretanha por ora estava sendo reforçada pelo próprio desenvolvimento do pluralismo mundial. (...) Assim, o relativo declínio industrial britânico reforçou sua posição financeira e sua riqueza (HOBSBAWN, 1988, p.80-81).

A Grã-bretanha, ao mesmo tempo em que perdia progressivamente sua supremacia industrial no mundo, estreitava, por meio do capital, os laços com as economias primário-exportadoras. Essas economias eram beneficiadas, primeiro, por uma demanda crescente da parte dos países industriais e, segundo, pelos capitais que recebiam destes como pagamento, mas também em forma de empréstimos e investimentos diretos que lhes permitiam desenvolver a produção dos produtos de base e, de certa forma, da indústria nascente (NIVEAU, 1969).

A exportação de capital pela Grã-bretanha foi organizada pela *haute finance*, “uma instituição *sui generis*, peculiar ao último terço do século XIX e ao primeiro terço do século XX, [que] funcionou como o elo principal entre a organização política e a econômica do mundo” (POLANYI, 2000, p. 24). Os Rothschild eram a principal dentre outras casas financeiras. Apoiando-se na política imperialista da Grã-bretanha, os Rothschild incorporaram diversos Estados nacionais ao controlar um número crescente de redes de crédito (ARRIGHI, 1996). No Brasil, por exemplo, os Rothschilds eram os agentes exclusivos de lançamento dos títulos do Império (DEAN, 2002).

Apesar de estarem estreitamente ligados ao banco central e ao governo britânico,

os Rothshilds não estavam submetidos a *nenhum* governo; como família, eles incorporavam o princípio abstrato do internacionalismo; sua lealdade era para com uma firma, cujo crédito se tornara o único elo supranacional entre o governo político e o esforço industrial numa economia mundial em rápido crescimento. Em última instância, sua independência se originava das necessidades da época, que exigia um agente soberano, digno da confiança tanto dos estadistas nacionais como do investidor internacional (POLANYI, 2000, p. 25 grifo do autor).

Assim, a rede financeira centrada em Londres transformou-se numa poderosa esteira transportadora que coletava o capital “ocioso” na Europa, sobretudo na Grã-bretanha, e o distribuía, por exemplo, na forma de empréstimos a outras nações. As economias periféricas foram os principais destinos desses capitais. O fluxo financeiro era direcionado, principalmente, para empréstimos garantidos pelos governos periféricos, para vários tipos de obras públicas, ferrovias, etc.; em suma, atividades que não representassem uma concorrência com as mercadorias exportadas pelas regiões centrais. Dessa forma, o fluxo de capital do centro para a periferia levava a um desenvolvimento bastante unilateral desta região, funcional às necessidades do centro (FILOMENO, 2006).

Nesse contexto, a expansão do comércio global que ocorrera durante praticamente todo século XIX e, principalmente, a expansão financeira do último terço dos oitocentos, ampliou as relações entre centro-periferia que, de certa forma, conduziram a uma melhora significativa nos meios de produção e na vida urbana das economias periféricas, em particular os países latino-americanos. No que se refere ao Brasil, isto se deu por meio da produção e comercialização do café. A partir de 1870, o aumento das exportações de capitais por parte dos países centrais proporcionou o desenvolvimento de um parque produtivo primário-exportador que sustentaria o desenvolvimento do Brasil até o final da década de 1930.

Veja-se agora como a Grã-Bretanha influenciou no (não)-desenvolvimento industrial do Brasil durante a primeira metade do século XIX.

3.2 A EXPANSÃO IMPERIALISTA BRITÂNICA E O SUBDESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO

“Os ingleses estão ligados como nenhum outro povo aos começos de modernização das condições materiais de vida do brasileiro: das condições de produção, habitação, transporte, recreação, comunicação, iluminação, alimentação e repouso entre nós” (FREYRE, 2000, 101).

Esta passagem de Gilberto Freyre retrata muito bem o modo como os historiadores vêm considerando a presença inglesa no Brasil. Freyre (2000) segue o caminho trilhado por Alan K. Manchester, que descobriu uma linha de continuidade entre a preeminência britânica sobre Portugal e a preeminência britânica sobre o Brasil no século XIX. Sendo assim, a compreensão das transformações ocorridas no Brasil no decurso do século XIX, sobretudo o (não)-desenvolvimento industrial do país, passa por uma análise, mesmo que superficial, das relações entre Inglaterra e Portugal nos séculos XVII e XVIII.

3.2.1 A Supremacia Inglesa no Comércio Português e a Trilha da Continuidade

Como visto anteriormente, em meados do século XVII inicia-se um intenso conflito entre França e Inglaterra; tratava-se de um embate de potências imperialistas, uma luta pela supremacia mundial, uma batalha em que Portugal tornou-se um entreposto disputado devido a sua posição geográfica privilegiada, e também pelo importante império colonial das Américas (FURTADO, 2005; PRADO JR., 2006; ARRUDA, 2008). Destaca-se que a anexação de Portugal pela Espanha⁴, a guerra entre este último país e a Holanda no período da União Ibérica⁵ e a ascensão de França e Inglaterra à condição de potências imperialistas a partir de meados do século XVII, praticamente neutralizaram a influência portuguesa no sistema econômico mundial (FURTADO, 2005; PRADO JR, 2006). Recuperada a independência em 1640, Portugal encontrava-se em uma posição extremamente débil, pois na época que esteve ligado a Espanha, perdeu alguns de seus domínios no oriente, ao mesmo tempo em que a melhor parte da colônia americana era ocupada pelos holandeses⁶. No intento de recuperar seu prestígio no mercado internacional, o governo português iniciou uma política exterior de concessões, ou seja, garantia de certos privilégios a outras nações de modo a obter apoio e reconhecimento dos demais Estados europeus e, conseqüentemente, reafirmar-se no sistema inter-estatal. Os acordos concluídos com Grã-bretanha em 1642, 1654 e 1661 estruturaram essa estratégia que marcou profundamente a vida política e econômica de Portugal e do Brasil durante os dois séculos seguintes (FURTADO, 2005).

A reciprocidade anunciada nos prólogos dos Tratados era um princípio vazio, pois praticamente só beneficiaram a Grã-bretanha, não havendo, em geral, a contrapartida para o

⁴ Em 1578, Dom Sebastião I, rei de Portugal, morreu na batalha de Alcacer-Quibir. Como não tinha herdeiros, o trono português ficou com o seu tio-avô, o cardeal D. Henrique, que veio a falecer dois em 1580. Extinguia-se com ele a dinastia de Avis. Vários pretendentes, por ligações de parentesco, passaram a disputar o trono português. Felipe II, rei da Espanha, por ser bisneto de D. Manuel, o Venturoso, e tio de D. Sebastião, julgava-se o candidato com mais direitos. Assim, em 1580, o monarca espanhol ordenou que as forças espanholas invadissem Portugal. Contando com o apoio da nobreza e da burguesia portuguesa, a quem havia prometido inúmeros favores, Felipe II tomou a Coroa portuguesa, unindo Portugal e Espanha, dando início a nova fase da política portuguesa, ou seja, a União Ibérica, que se estendeu até 1640 (FAUSTO, 2004; KOSHIBA & PEREIRA, 2006).

⁵ Velhos parceiros comerciais Portugal e Holanda intensificaram suas relações na época da expansão marítima. Os flamengos eram os principais compradores e distribuidores do açúcar produzido pelo Brasil colônia. No entanto, essa situação se alterou radicalmente com a União Ibérica. A Espanha, em represália aos Países Baixos, adotou medidas restritivas ao comércio fechando os portos ibéricos aos navios flamengos, inclusive nas colônias, desarticulando, desta forma, o comércio açucareiro. O boicote e confisco dos navios flamengos acarretaram as invasões dos holandeses à Bahia e Pernambuco. Por 24 anos os holandeses permaneceram em Pernambuco, sendo eles responsáveis por quase toda produção e comercialização do açúcar brasileiro. Em 1654 os flamengos são expulsos da capitania e com eles levaram a produção açucareira, desarticulando a principal atividade econômica da colônia e conseqüentemente atingindo as contas do governo português (FAUSTO, 2004; KOSHIBA & PEREIRA, 2006).

⁶ Para um estudo mais detalhado as conseqüências da União Ibérica, sobretudo no Brasil ver Fausto (2004).

desvalido Estado Português, a não ser a proteção militar que este passava a ser carente no quadro das relações internacionais (MANCHESTER, 1973). Os privilégios concedidos à Inglaterra permitiram que esta assumisse verdadeira função tutelar sobre o Estado lusitano. Num processo constante e que se agudizou com o tempo, os “britânicos transformaram Portugal praticamente num vassalo comercial da Inglaterra” (Ibid, p. 17). Nesses termos Portugal faria, ao longo do tempo, uma série de acordos com a Grã-bretanha, muitos deles com íntimas ligações com o Brasil.

No final do século XVII, diante da perda da capacidade de importar e do permanente déficit na balança comercial – consequência da decadente economia açucareira do Brasil – o governo português adotou várias medidas protecionistas, entre elas o estímulo à produção industrial (FURTADO, 2005). Contudo, a assinatura do Tratado de Methuen⁷ em 1703 acabaria com qualquer pretensão de desenvolvimento da indústria portuguesa. Com esse acordo, aprofundava-se a preeminência britânica sobre Portugal, pois ao passo que a Inglaterra obtinha mais um mercado consumidor para sua crescente indústria têxtil, em Portugal a incipiente indústria do mesmo gênero foi arruinada pela concorrência desigual. Agravava-se, desta forma, a já cambaleante economia portuguesa, que assistia uma inversão na balança de pagamentos cada vez mais favorável à Grã-bretanha (MANCHESTER, 1973; FURTADO, 2005).

Entretanto, a descoberta do ouro no Brasil “salvou” as finanças do Estado português, permitindo o pleno funcionamento do Tratado de Methuen, já que Portugal adquiriu metais suficientes para financiar todas as importações de produtos ingleses. Conforme Furtado (2005),

o ciclo do ouro constituiu um sistema mais ou menos integrado, dentre o qual coube a Portugal a posição secundária de simples entreposto. Ao Brasil o ouro permitiu financiar uma grande expansão demográfica, que trouxe alterações fundamentais à estrutura de sua população (...). Para a Inglaterra o ciclo do ouro brasileiro trouxe um forte estímulo ao desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade à sua capacidade para importar, e permitiu uma concentração de reservas que fizera do sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa (Ibid, p. 40-41).

O autor ainda destaca o efeito multiplicador do ouro sobre o nível de atividade econômica em Portugal.

⁷ O Tratado de Methuen refere-se a um acordo comercial estabelecido entre Portugal e Inglaterra em 1703, pelo qual a Grã-Bretanha “concede aos vinhos portugueses, no mercado inglês, uma redução de um terço do imposto pago pelos vinhos franceses. Em contrapartida, Portugal retirava o embargo às importações de tecidos ingleses” (FURTADO, 2005, p. 87). O tratado trouxe, de modo geral, consequências negativas ao desenvolvimento industrial brasileiro, principalmente no século XIX, devido à desigualdade de tratamento das relações entre Portugal e Inglaterra, com a submissão portuguesa.

Por um lado, a procura crescente de manufaturas que vinha da colônia se transferia automaticamente para Inglaterra sem nenhum efeito sobre a economia portuguesa que não fosse a renda criada por algumas comissões e impostos. Por outro, o aumento dos gastos públicos – gastos correntes ou inversões não produtivas – logo se filtrava em importações com um reduzido efeito multiplicador sobre outras atividades produtivas internas (FURTADO, 2005, p. 87).

Assim, a economia luso-brasileira do século XVII e XVIII se configurava de forma coerente com as pretensões expansionistas da Grã-bretanha. No caso específico do Brasil, seria assim durante todo século XIX.

Nas últimas décadas do século XVIII, a decadência da economia mineira e o enfraquecimento do setor agro-exportador representaram um total atrofiamento do setor produtivo brasileiro; conseqüentemente a economia portuguesa entrava novamente em crise. Nesse sentido, qualquer atividade desenvolvida no interior da colônia americana que não fosse destinada à produção de gêneros tropicais de alto valor econômico, como foi a extração do pau-brasil e o cultivo da cana-de-açúcar, ou ainda, como tinha sido a atividade mineira, seriam tolhidas, dada a importância dos produtos brasileiros para a manutenção da economia lusitana.

Deste modo, Dona Maria I promulgou em 1785 um Alvará que proibia a produção de manufaturas na colônia. Assim, “não poderiam ter aqui surgido manufaturas de valor” (SIMONSEN, 1969, p. 13), pois o Brasil era

(...) uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais de grande expressão econômica. É para isto que se constitui. Nossa economia subordinar-se-á por isso inteiramente a tal fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que, aliás, será sempre de pequena monta, é subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele objetivo essencial (PRADO JR., 2006, p. 41).

Todavia, “quando em fins do séc. XVIII os conflitos internacionais se agravam, arrastando as monarquias ibéricas, elas não resistirão ao choque, e seu império se desagrega” (PRADO JR., 2006, p. 125). Conforme Caio de Freitas,

satélites na órbita de influência das grandes potências [imperialistas], Portugal e Espanha gravitavam ao sabor das conveniências estratégicas dessas mesmas potências e a independência política que gozavam não passava de um arremedo jurídico, elaborado apenas para efeito externo, já que as linhas mestras dos seus destinos estavam diretamente ligadas aos governos de Paris e de Londres (FREITAS, 1958 apud ARRUDA, 2008, p. 22).

Em 1804, quando a Espanha uniu-se à França declarando guerra a Grã-bretanha, intensificou-se a política britânica de intervenção direta na América Latina, apoiando abertamente os “anseios de liberdade das colônias, que poria fim ao Império espanhol e acabaria por criar pequenos Estados independentes, certamente hostis à ex-mãe pátria”

(ARRUDA, 2008, p. 23), abrindo, desta forma, espaço para a consolidação da hegemonia britânica no Atlântico Sul.

Neste contexto, a Grã-bretanha elaborou um audacioso plano de constituir um poderoso império na América Latina a partir do Brasil. Esse era um segredo preservado em relação aos seus inimigos – Espanha e França – e, de certa forma, em relação a Portugal, pois a assinatura da Convenção Secreta de 1807⁸ comprometia a soberania portuguesa, nas suas colônias e em seu próprio território, preconizando a independência formal, mas não efetiva, do Brasil (ARRUDA, 2008).

Acuada diante das ameaças das tropas napoleônicas, a coroa Portuguesa transferiu-se para o Brasil em 1808. Ao desembarcar na colônia, D. João adotou uma série de medidas a fim de estimular o desenvolvimento da nova sede da coroa portuguesa. A promulgação do Alvará de 1º de abril de 1808⁹ pôs fim à política mercantilista do “Pacto Colonial” e expôs o compromisso com a industrialização da ex-colônia. O Alvará de 28 de abril de 1809 estabeleceu medidas de ordem prática, concedendo isenções fiscais, concessões de exclusividade e incentivos financeiros para a produção manufatureira (MANCHESTER, 1973).

Neste momento, cabe-se perguntar por que o Brasil não se desenvolveu industrialmente, tendo em vista as políticas industrializantes de D. João?

As medidas industrializantes adotadas pelo Príncipe Regente, de modo geral, enquadravam-se no tradicional mercantilismo estatal, inspirando-se nas experiências colbertistas já utilizadas, com certo sucesso, por Pombal, na Metrópole (LUZ, 1985). No entanto,

se, no passado, a concessão de monopólio e privilégios tinha tido certa eficácia, o mesmo não se dava ao início do século XIX – em que as mudanças e o avanço da tecnologia se davam em ritmo acelerado. As medidas adotadas por D. João VI quase nenhum resultado prático teriam. Nossas “fábricas nacionais” lembravam palidamente às manufaturas reais de Colbert, pelo fato de estarem sob a tutela do Estado, que as fiscalizaria, sem, entretanto, tomá-las sob sua direção. (HARDMAN e LEONARDI, 1991, p. 28).

Desta forma, as medidas adotadas não apresentavam nenhuma inovação, eram simples aplicações já utilizadas na Europa desde a época medieval, ou seja, período no qual a

⁸ A Convenção Secreta de Londres assinada pelo plenipotenciário português Domingos de Souza Coutinho e pelo representante inglês George Canning em 1807, estabelecia uma possível transferência da sede Monárquica Portuguesa para o Brasil e a ocupação temporária da ilha da Madeira pelas tropas inglesas (ARRUDA, 2008).

⁹ Em 28 de abril de 1808 D. João, por meio de uma Carta Régia, determina a Abertura dos Portos brasileiros as Nações Amigas – leia-se Inglaterra. Essa medida eliminava o monopólio comercial da metrópole. A Abertura dos Portos representou, de modo geral, a consolidação do capitalismo industrial em substituição ao antigo e decadente capitalismo comercial (PRADO JR., 2006).

produção era de subsistência e as transformações tecnológicas faziam-se lentamente. Nesse sentido, empregar métodos medievais de produção num período cuja industrialização implicava, ou mesmo era sinônimo de uso intensivo e extensivo da máquina, era entravar todo e qualquer desenvolvimento econômico (LUZ, 1985). Além da incapacidade do governo em promover uma política industrial eficaz, as pressões inglesas contribuíam para o não desenvolvimento da indústria no Brasil.

Valendo-se do Artigo VII da Convenção Secreta de Londres¹⁰, os ingleses impuseram a D. João a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação em 1810, que estabelecia privilégios alfandegários à importação dos produtos britânicos, que pagavam uma taxa de 15% *ad valorem*, contra 16% incidentes sobre as mercadorias portuguesas e 24% sobre os produtos vindos dos demais países europeus. As concessões feitas à Inglaterra

revelam a força dessa potência, e ao mesmo tempo, põem em evidência a contradição básica do Império Português: pequeno reino com vasto Império. Contradição essa que o obrigou à alienação de parte de seu "exclusivo" colonial, em troca de proteção política e militar (ARRUDA, 1986, p.163).

Autores como Roberto Simonsen (1973), Nícia Vilela Luz (1985) e Caio Prado Júnior (2006), destacam que os tratados de 1810 foram um obstáculo ao desenvolvimento industrial brasileiro, pois as vantagens comerciais dadas à Grã-bretanha faziam do Brasil um mercado quase que exclusivo aos produtos manufaturados provenientes da Inglaterra. Deste modo, “não era possível, até então, implantar aqui qualquer manufatura de valor que pudesse, desde o início, competir no preço e na qualidade dos artigos, com a indústria inglesa” (SIMONSEN, 1973, p. 9).

Como potência hegemônica,

a Inglaterra se prevalecerá largamente deste domínio; no que se refere ao Brasil, cuidará zelosamente de preservar a liberdade do seu comércio de que se fizera a grande beneficiária. A abertura dos portos brasileiros representa assim uma concessão que embora de caráter provisório, estava assegurada pelos dominantes interesses ingleses. Fazia-se impossível o retorno ao passado. E o Brasil entra assim definitivamente na nova etapa do seu desenvolvimento. Desfazia-se a base essencial em que assentava o domínio metropolitano e que consistia, vimo-lo anteriormente, precisamente no monopólio do comércio colonial. Com a abertura dos portos brasileiros e a concorrência estrangeira, sobretudo inglesa, contra que Portugal não se achava em condições de lutar, estava abolido de um golpe o que havia de realmente substancial na dominação metropolitana. Daí por diante esta se pode considerar virtualmente extinta (PRADO JR., 2006, p. 128).

O fim do “Pacto Colonial” retirava da metrópole o destino exclusivo dos capitais gerados na colônia. Todavia, a extinção do monopólio comercial não extinguia o fluxo das

¹⁰ Artigo VII: Quando o Governo Português estiver estabelecido no Brasil, proceder-se-á à negociação de um tratado de auxílio e de comércio entre o Governo Português e a Grã-Bretanha.

riquezas em direção ao centro da economia-mundo capitalista, pois, dada à fragilidade da coroa portuguesa e, posteriormente, do jovem Estado brasileiro, a riqueza passou a fluir diretamente do Brasil para o centro da economia-mundo sem a intermediação de Portugal (VIEIRA *et al*, 2007).

A penetração inglesa no comércio brasileiro foi de forma intensa, o que fica bastante evidente no Quadro 1 abaixo, que mostra os produtos britânicos exportados para o Brasil entre 1808 e 1821.

Quadro 1 – EXOPORTAÇÕES BRITÂNICAS PARA O BRASIL: 1808-1821
(valores oficiais em milhares de libras)

Anos	Algodão	Linho	Tecidos de Lã	Outros	Total
1808	1.413.000	47.000	480.000	439.000	2.379.000
1809					
1810					
1811					
1812	1.557.000	23.800	223.000	199.200	2.003.000
1813					
1814	1.081.000	44.300	205.000	281.700	1.612.000
1815	1.200.000	33.100	213.000	449.900	1.896.000
1816	1.225.000	110.000	237.000	256.000	1.828.000
1817	1.547.000	153.000	279.000	290.000	2.269.000
1818	2.121.000	194.000	379.000	466.000	3.160.000
1819	1.058.000	152.000	261.000	393.000	1.864.000
1820	1.384.000	201.000	240.000	407.000	2.232.000
1821	1.424.000	152.000	241.600	326.400	2.144.000

Fonte: ARRUDA (2008)

Lamentavelmente o quadro acima não apresenta a série completa das exportações britânicas para o Brasil, contudo, permite tirar algumas conclusões. O principal produto da pauta de importação colonial eram os tecidos de algodão, que corresponderam no primeiro ano, 1808, a aproximadamente 60% do total das importações brasileiras provenientes da Inglaterra, chegando a quase 78% em 1812. Em termos absolutos, a avalanche de manufaturas de algodão, procedentes da Inglaterra que entraram no Brasil a partir da abertura dos portos teve em 1818 sua maior expressão. Conforme o Quando 1, em 1818 o total das importações brasileiras foi de 3.160.000 milhões de libras, sendo que destes, 2.121.000 milhões eram de tecidos de algodão. Segundo Arruda (2008) o volume das exportações britânicas para o Brasil é a “prova cabal de que o mercado brasileiro passara a ter um peso significativo nas exportações inglesas, cujo valor estratégico se ampliava pelo fechamento dos mercados continentais para as manufaturas ingleses em geral e de algodão em especial” (Ibid, p. 61). Outro fator que evidencia a influência inglesa no Brasil é a instalação de inúmeras firmas

comerciais. Somente no Rio de Janeiro, em 1820, havia mais de 60 firmas inglesas, compostas por filiais de firmas tradicionais na Inglaterra, como por exemplo, a Robert Kirwan & Cia, Valentin Chaplin & Cia e muitas outras¹¹ (GUIMARÃES, 2007).

As *American Houses*, como ficaram conhecidas tais firmas, além de controlarem o comércio de exportação e importação no Brasil, acabaram forçando os comerciantes portugueses e brasileiros, até então monopolizadores dessas atividades, a reforçarem suas posições em outras atividades, entre elas o comércio da cabotagem costeira e do tráfico negreiro (GUIMARÃES, 2007). Nesse último, as firmas inglesas também desempenharam importante papel no seu financiamento. No entanto, as pressões britânicas para o fim do tráfico intercontinental de escravos faziam essa atividade perder fôlego, prenunciando o que parecia inevitável: a abolição do trabalho escravo. A Inglaterra nos anos 1806-1807, já havia encerrado o comércio de escravos no seu próprio império e, assim, passou a impor medidas restritivas ao tráfico de escravos. Contudo, a importância do tráfico para o Brasil fez que este se estendesse por mais algumas décadas, o que acarretou em conflitos diplomáticos entre Brasil e Inglaterra. As indisposições, entretanto, nunca chegaram a ameaçar a preeminência britânica no comércio brasileiro (GRAHAM, 1985).

Nesse contexto, o Brasil nasce como Estado, formalmente independente, sob a tutela inglesa. Conforme observa Brum (2008), a emancipação política do Brasil não representou, de início, a conquista da verdadeira independência nacional.

A Independência foi pouco mais que um arranjo político de cúpula: manteve-se o regime monárquico, e o herdeiro do trono português tornou-se Imperador do Brasil; manteve-se a mesma estrutura econômica e o sistema escravista, com uma estrutura social dicotomizada e acentuada discriminação (Ibid, p.153).

A substituição da condição política de colônia para a de um Estado monárquico e escravagista revela aspectos particulares da formação do Estado nacional brasileiro e da contenção do movimento industrialista neste território. Isto é, o Brasil Imperial, ao preservar uma classe dirigente composta por uma aristocracia rural, escravagistas e exportadores de produtos primários, predominando, desta forma, uma economia agrário-exportadora, caracterizada pelo trinômio: monocultura, latifúndio e escravidão, limitou as iniciativas industrializantes no país (VIEIRA *et al*, 2007).

Desta forma,

o regime escravagista, vigente desde primórdios da montagem do sistema colonial até a Abolição, em 1888, seria outro poderoso obstáculo, posto que dificultava o desenvolvimento da técnica, cerne da expansão industrial, bem como o crescimento do número de consumidores ativos. Além disso com uma população dispersa e

¹¹ Olga Pantapoleão (1976) estimou em 100 firmas inglesas para o ano de 1810.

predominantemente rural, com grau incipiente de urbanização, só era possível configurar-se um mercado interno restrito e altamente fragmentado, nada estimulante para uma efetiva industrialização (MENDONÇA, 1995, p. 11-12).

Assim, a presença da escravidão, ou seja, a ausência de um mercado consumidor interno significativo, o agrarismo¹² e, sobretudo, “a preeminência da Grã-Bretanha nos mercados, nos investimentos e na navegação brasileira” (MANCHESTER, 1973, p. 265), representaram obstáculos ao desenvolvimento industrial do país.

3.2.2 O Imperialismo Britânico de Livre Comércio e os Obstáculos à Industrialização Brasileira

O século XIX iniciou sob o signo do progresso; a indústria passou a ocupar o lugar de motor das mudanças sociais e a industrialização passava a ser sinônimo de desenvolvimento. O progresso tecnológico e a consolidação da indústria tornaram-se os objetivos de todas as nações que almejavam a posição alcançada pela Grã-bretanha. A industrialização passou a ser uma aspiração complementar no processo de emancipação dos povos que ainda estavam sob regime colonial, isto porque a indústria representava a principal fonte de acumulação de capital, indispensável à independência econômica e, portanto, à grandeza e soberania nacional (LUZ, 1985).

No Brasil, entretanto, mesmo após a independência em 1822, o desenvolvimento industrial continuou inexpressivo, permanecendo assim até o último quartel do século XIX. “O que houve foram apenas tentativas para participar das vantagens econômicas e sociais que o avanço tecnológico proporcionava ao mundo ocidental, tentativas que condições tanto de ordem interna como externa levaram, entretanto, ao malogro” (LUZ, 1985, p.28). Neste contexto, como questionamento preliminar, pergunta-se: por que o Brasil, formalmente independente, não se desenvolveu industrialmente na primeira metade do século XIX?

No início do século XIX, a economia-mundo evoluía numa configuração coerente com as características do regime de acumulação britânica, tal como indicam a divisão mundial do trabalho entre países industrializados e agrícolas. Como uma das estruturas do Ciclo Sistemático de Acumulação Britânico – CSAB (1780-1930), o imperialismo de livre-comércio adotado pela Grã-bretanha, principalmente a partir da década 1840, acelerou a integração dos sistemas de produção e distribuição em escala global (ARRIGHI, 1996; POLANYI, 2000).

¹² Essencialmente o agrarismo foi um movimento ainti-industrialista, liderado pela aristocracia rural brasileira e, de modo geral, pela burguesia comercial portuguesa. Esse movimento tinha por objetivo garantir a estrutura social estamental e primário-exportadora, sendo, desta forma, contrária à industrialização.

No caso do Brasil, a maior integração dos mercados, dada a divisão mundial do trabalho, veio reafirmar a vocação agrícola do país, preservando, assim, as feições que caracterizavam a economia brasileira desde a aurora do período colonial, cujo princípio e práticas mercantilistas orientavam sua produção quase que exclusivamente para o mercado exterior (CANABRAVA, 1985).

No entanto, a participação do Brasil no comércio mundial, ou melhor, na cadeia de mercadorias globais, era muito fraca nos primeiros anos do século XIX, pois a produção de produtos tradicionais de exportação, como por exemplo, o açúcar e o algodão, estavam retraídos em função de condições desfavoráveis para concorrência nos mercados mundiais. Isto é, a produção de açúcar no Brasil não parecia ter um futuro promissor devido à redução da demanda internacional, decorrente do surgimento do açúcar da beterraba, e pela concorrência cubana que passou a ser produtora mundial. O algodão, segundo produto de exportação do Brasil, encontrava cada vez mais dificuldades principalmente devido à forte concorrência norte-americana¹³ (FURTADO, 2005).

Estagnadas as exportações e a impossibilidade do governo em aumentar os impostos das importações, agravavam enormemente a já precária situação fiscal do país. O crescente déficit da balança comercial brasileira resultou da política britânica de livre-comércio, como é possível observar no trecho da carta circular de Guilherme Warren e Cia a destinatário não identificado: A “Inglaterra tem tudo quanto o Brasil precisa, melhor em quantidade e mais barato que nação alguma no mundo e pode dar consumo a tudo quanto o Brasil produz” (WARREN, 1808 apud ARRUDA, 2008).

Como Pardo Jr. (2006), Arruda (2008) também relaciona o déficit da colônia ao comércio com a Inglaterra: “a colônia tornou-se deficitário ao passar do *monopólio português* à *hegemonia britânica*, expandido suas importações de produtos manufaturados originários das indústrias inglesas em prejuízos das importações que, antes da abertura dos portos, vinham de Portugal” (Ibid, p. 73 grifo nosso).

Assim, a subordinação pode ser entendida como resultado da estratégia britânica de livre-comércio, implícita no Tratado de Amizade, Navegação e Comércio¹⁴, assinado pelo

¹³ “A produção norte-americana, integrada nos interesses do grande mercado importador inglês, beneficiando-se do rápido crescimento da procura interna, desfrutando-se de fretes relativamente baixos, organizada no regime escravista com mão-de-obra relativamente abundante e dispo de grande oferta de terra de primeira qualidade (...), dominava totalmente o mercado” (FURTADO, 2005, p. 118).

¹⁴ O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio representou “a transferência dos privilégios especiais que a Inglaterra desfrutou durante anos no comércio português foi completada, e a continuação da preeminência da Grã-Bretanha na vida econômica de seu antigo aliado, seria também assegurada na América portuguesa, apesar da separação da colônia em relação a metrópole. A linha de continuidade é muito clara, remontando dos anos de

Brasil em 1827, no qual, “o governo brasileiro reconheceu à Inglaterra a situação de potência privilegiada, autolimitando sua própria soberania no campo econômico” (FURTADO, 2005, p.43).

Neste contexto, como a condição básica à acumulação de capital do Brasil era até então a expansão de suas exportações, e a política de livre-cambismo britânica não permitia a formação de capitais que pudessem ser investidos nas atividades industriais, fomentar a indústria durante as primeiras décadas do século XIX seria “tentar o impossível num país totalmente carente de base técnica” (FURTADO, 2005, p. 112). Assim, “a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento [econômico do Brasil] era o comércio internacional” (FURTADO, 2005, p. 116). Desta forma,

(...) para superar a etapa de estagnação, o Brasil necessitava reintegrar-se nas linhas em expansão do comércio internacional. (...) O problema brasileiro consistia em encontrar produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra (...), o único fator de produção abundante no país (Ibid, p. 116-122).

No decorrer da primeira metade do século XIX, entretanto, a extraordinária aclimatização no centro-sul do país da cultura de um gênero de particular importância no comércio mundial: o café – permitiu ao Brasil intensificar suas relações comerciais com a economia-mundo (FURTADO, 2005; PRADO JR., 2006).

O café já havia sido introduzido no Brasil no início do século XVIII, e era cultivado por toda parte do país para fins de consumo local. Nesta época, o café era tido como uma especiaria e consumido principalmente nas residências e nos cafés das mais importantes cidades européias. No entanto, somente no final do século XVIII, com a melhoria dos padrões de vida na Europa e América do Norte, resultante da Revolução Industrial, o café, conhecido por suas propriedades estimulantes, teve sua demanda intensificada rapidamente (FILOMENO, 2006). Quando ocorreu a alta dos preços causada pela desorganização da produção cafeeira da colônia francesa do Haiti – até então o principal exportador mundial de café – o produto adquiriu grande importância no comércio mundial, estimulando, desta forma, a produção brasileira (FURTADO, 2005).

As esplêndidas possibilidades naturais do Brasil, tanto em clima como em solos favoráveis, permitiram a rápida expansão da produção cafeeira (PRADO JR., 2006). No transcorrer do século XIX, o café tornou-se um dos principais produtos de exportação do país. Na década de 1830, o produto já representava 18% do valor das exportações brasileiras, ficando atrás apenas do açúcar e do algodão. Nas duas décadas seguintes, o café passou

transição de 1810-1827 ate as relações anglo-lusitanas dos séculos dezessete e dezoito” (MANCHESTER, 1979 p. 184).

ocupar o primeiro lugar, representando mais de 40% do valor das exportações do país (FURTADO, 2005). Um fator que particularmente estimulou a produção brasileira foi independência política e o desenvolvimento do mercado das colônias inglesas da América do Norte no final do século XVIII. A política econômica própria e independente dos interesses ingleses e europeus em geral, fez surgir deste lado do Atlântico uma nova potência internacional. O comércio cafeeiro também sentiu o influxo deste novo equilíbrio de forças. Nessa direção, a produção brasileira de café encontrou nos EUA um de seus principais mercados massificados; em meados do século XIX, quando o café se tornou o grande artigo da exportação brasileira, aquele país absorveu mais de 50% dela. E esta porcentagem cresceria com o tempo (PRADO JR., 2006).

Assim, o reingresso do Brasil no comércio mundial a partir da expansão da demanda internacional por café, a mentalidade agrária das classes que constituíam a base do governo imperial e a preeminência inglesa no comércio brasileiro, reergueram o agrarismo como projeto (LUZ, 1985).

Mesmo com a expiração dos tratados de livre-comércio no início dos anos 1840 e a assinatura da Lei Eusébio de Queiroz em 1850¹⁵, a nova fase da industrialização brasileira inaugurada com a implementação da Tarifa Alves Branco em 1844¹⁶ – cujo núcleo fundamental era constituído pela indústria têxtil do algodão – sucumbiu aos interesses agrários da aristocracia rural do país e a nova divisão mundial do trabalho decorrente do imperialismo britânico de livre comércio.

Entretanto, alguns pioneiros de espírito audaz promoveram um excepcional avanço nas atividades industriais do Brasil em meados do século XIX. Entre os principais empreendedores brasileiros, destacam-se Felício dos Santos, Teófilo Benedicto Ottoni, João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe) e Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Este último, dotado de grande capacidade comercial e favorecido por suas relações pessoais e

¹⁵ Com a extinção do tráfico de escravos, houve a liberalização de expressivo volume de capital, que até então era investido nesse negócio ou na reposição do estoque de escravos. Acreditava-se que esse capital, até então destinado a financiar o tráfico de escravos, poderia ser utilizado no financiamento de empreendimentos comerciais e industriais. Entretanto, no Brasil daquela época quase não havia empreendedores. A classe economicamente dominante era constituída por latifundiários e grandes comerciantes, ligados ao tráfico de escravos. Assim, boa parte do capital acumulado com o comércio de escravos não foi investido no setor produtivo, mas canalizado para o consumo de produtos importados e para a especulação financeira (BRUM, 2008).

¹⁶ Implementada em agosto de 1844, a Tarifa Alves Branco implantou uma política tarifária que aumentou as taxas aduaneiras para 30% sobre produtos importados sem similar nacional, e 60% sobre produtos com similar nacional. A medida despertou vivos protestos, não apenas dos comerciantes e empresários britânicos, afetados pela tarifa protecionista, mas também por parte dos importadores no Brasil e das classes mais abastadas, que passaram a pagar mais caro pelos itens importados dos quais dependiam. Este aumento perdurou até meados da década de 1860, quando o governo imperial, pressionado pelos grupos exportadores, promoveu a redução das tarifas (LUZ, 1985).

comerciais com capitalistas britânicos, fundou seu próprio banco, investiu na construção de ferrovias, na fundição de ferro, na construção naval entre outros estabelecimentos comerciais e industriais. Contudo, os esforços desses empreendedores, sobretudo o de Mauá, não encontraram condições políticas, econômicas, sociais e culturais que conduzissem ao desenvolvimento industrial do país. A escravidão ainda estava presente. Faltavam trabalhadores livres e assalariados para constituir a base do mercado consumidor. O agrarismo continuava a dominar o ambiente nacional e uma vaga de liberalismo espalhava-se pelo país, influenciado pelo fortalecimento da política britânica de livre-comércio. O agrarismo e o liberalismo refletiram-se nas tarifas alfandegárias, visando, particularmente, ampliar a exportação dos gêneros primários de exportação, sobretudo o café (LUZ, 1985). O Estado brasileiro era refratário à acumulação de capital e de certa forma se sentia ameaçado por uma classe capitalista poderosa. Do ponto de vista cultural, predominavam os valores do *ancien régime*, ou seja, a conservação das estruturas e modos de vida, que em muitos aspectos, negam a lógica capitalista da destruição criadora.

3.3 A PREENHÊNCIA INGLESA NO BRASIL: RECAPITULAÇÃO E PRÉVIA

Pressionada pela guerra com a França e, com as restrições no mercado europeu e norte-americano para alguns de seus produtos industriais, particularmente para a produção têxtil, a Grã-Bretanha assistiu uma redução nas suas exportações no início do século XIX, o que criava dificuldades para sua economia industrial exportadora. Assim, a solução foi o aumento das exportações britânicas para outros mercados, como por exemplo, o mercado latino-americano, particularmente o brasileiro. Destaca-se que a importância do Brasil para o comércio britânico estava ligada não apenas ao seu papel de demanda por produtos ingleses, como também de entreposto para o comércio com as colônias e ex-colônias espanholas na América (GUIMARÃES, 2007).

A transferência da Coroa Portuguesa para o Brasil em 1808, como parte de um plano articulado pela Grã-Bretanha, veio a consolidar a preeminência britânica no Brasil, pois juntamente com a corte se transferia para o país os privilégios desfrutados pela Inglaterra em Portugal havia séculos.

A abertura dos portos em 1808, e o Tratado de Comércio e Navegação imposto pela Inglaterra e assinado pelo Príncipe Regente em 1810, desarticularam as medidas industrializantes adotadas por D. João quando este chegou ao Brasil. A concessão ou reafirmação dos privilégios comerciais à Grã-Bretanha tornaram impossível desenvolver a

produção de bens industrializados no interior do território brasileiro, pois a pequena indústria incipiente não poderia sobreviver à livre concorrência britânica, mesmo nos mais insignificantes artigos (PRADO JR., 2006).

A emancipação política do Brasil em 1822 nada alterou esse quadro. A manutenção da oligarquia rural escravagista na estrutura administrativa do país e os privilégios concedidos à Grã-Bretanha continuaram sendo obstáculos ao desenvolvimento industrial brasileiro. Destaca-se que, de 1810 a 1844, o Brasil viveu praticamente num regime de livre-câmbio. Nesses termos, o comércio internacional do país se tornava progressivamente deficitário e o déficit era saldado pelo fluxo de capitais estrangeiros, sobretudo britânicos (PRADO JR., 2006). O Brasil ficaria, então, na dependência de um fluxo regular e crescente do capital inglês e assim, cumpriria o mesmo caminho percorrido por Portugal desde os anos 1640, um caminho de concessões e dependência (MANCHESTER, 1973).

Para superar a estagnação econômica das primeiras décadas do século XIX, restava ao Brasil ampliar sua participação na divisão mundial do trabalho (FURTADO, 2005). Dada a política britânica de livre comércio e a divisão mundial do trabalho dela decorrente, o Brasil só poderia aumentar sua participação no processo de produção global pela especialização na produção de gêneros primários de exportação. Assim, no decorrer do século XIX, o café, cuja importância comercial elevou-se, primeiro, pela crescente demanda internacional, segundo, pela desorganização da produção do Haiti, permitiu ao Brasil reingressar nas rotas do comércio mundial, isto é, a exportação de *commodities* (FURTADO, 2005).

Em suma, o período compreendido entre 1808 e 1850 pode ser caracterizado como um período de transição política, durante o qual o Brasil nasce como Estado, formalmente independente, sob a tutela da Grã-Bretanha, e um período de submissão econômica, devido principalmente aos privilégios comerciais coincidentes à Inglaterra, que além de aumentar o crescente déficit comercial brasileiro – financiado com empréstimos contraídos no exterior, sobretudo em Londres – constituíram-se em obstáculos ao desenvolvimento da atividade industrial no Brasil.

O período seguinte (1850-1914), objeto de estudo do próximo capítulo, caracterizou-se por uma pressão da demanda externa que se refletiu num nítido aumento do comércio externo brasileiro. Nessa direção, o café ganhou uma posição de destaque, sobretudo a partir de 1870, permitindo ao Brasil uma maior participação na divisão mundial do trabalho.

Destaca-se que ao longo desse período alterou-se a estrutura social vigente no país. A hegemonia britânica nos mares forçou a abolição do tráfico de escravos em 1850, dando início a uma abolição progressiva que se consolidaria em 1888. Neste ambiente de

transformação social nasceu sob a tutela do capital estrangeiro, sobretudo o britânico, a burguesia industrial brasileira. No entanto, a expansão da atividade industrial no país estava subordinada ao capital cafeeiro, e este, à expansão das atividades industriais dos países do centro da economia-mundo. Neste sentido, o núcleo orgânico do sistema mundial capitalista era quem determinava a dinâmica internacional da divisão mundial do trabalho, cabendo à América Latina – no caso particular o Brasil – a tarefa de produzir gêneros primários de exportação.

Em 1870, quando se iniciou uma acirrada disputa entre a Grã-Bretanha e os Estados recém industrializados – Alemanha e Estados Unidos – modificaram-se as estruturas de funcionamento da divisão mundial do trabalho. As atividades industriais praticamente limitadas aos países do centro passaram a dinamizar as economias periféricas com investimentos em infra-estrutura (transporte, energia, serviços urbanos e algumas indústrias de alimentos e vestuário) “desenvolvendo”, assim, um complexo produtivo primário-exportador que sustentaria o desenvolvimento periférico até a década de 1930.

No caso do Brasil, a preeminência do capital britânico nos setores básicos da economia brasileira conduziu a uma diversificação da indústria, tendo como elemento diretor e indutor o café. Neste contexto, no próximo capítulo busca-se estabelecer as conexões entre o complexo cafeeiro, os investimentos britânicos e o desenvolvimento industrial do Brasil.

CAPÍTULO 4 – CADEIAS MERCANTIS, ECONOMIA CAFEIEIRA E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO BRASIL

A existência de um mercado mundial e a intensidade das relações sociais, materializadas na produção e nas trocas de mercadorias, criaram condições históricas para as transformações das relações sociais em nível global, consolidando o capitalismo como sistema econômico mundial (WALLERSTEIN, 2001). Assim, a economia-mundo capitalista é antes e acima de tudo um sistema social histórico constituído por uma divisão mundial de trabalho que compreende um grande espaço geográfico e é integrada economicamente por meio dos mercados e dividida politicamente em territórios nacionais distintos (WALLERSTEIN, 2001). No tocante à integração econômica, esta se associa à expansão geográfica das atividades produtivas, que normalmente estão relacionadas ao comércio de longa distância que extrapola os limites geográficos dos Estados nacionais, integrando as diversas regiões da economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2001). Cada região é responsável por uma etapa do processo produtivo, representando um nódulo da cadeia mercantil que compõe distintas atividades necessárias à acumulação e reprodução do capital (HOPKIS E WALLERSTEIN, 1994; GEREFFI E KORZENIEWICZ, 1994).

Assim, conforme Wallerstein (2001),

(...) falar em cadeias mercantis significa falar de uma divisão social estendida do trabalho, a qual, ao longo do desenvolvimento do capitalismo histórico, tornou-se cada vez mais funcional e mais ampliada geograficamente, e ao mesmo tempo cada vez mais hierárquica. Essa hierarquização do espaço na estrutura dos processos produtivos levou a uma crescente polarização entre as áreas centrais e periféricas da economia-mundo, não só em termos de critérios distributivos (níveis de renda real, qualidade de vida), mas também, de modo ainda mais importante, nos *loci* de acumulação de capital (Ibid, p.28-29).

A estrutura hierarquizada dos espaços produtivos é baseada na divisão mundial do trabalho, dadas as características das atividades produtivas dominantes em cada espaço. Além do centro e periferia, há nessa estrutura o que Wallerstein chamou de semi-periferia. Desta forma, o *centro* caracteriza-se pelo domínio sobre as etapas dos processos produtivos e comerciais que proporcionam a maior absorção do excedente gerado na cadeia mercantil. A *periferia*, por sua vez, caracteriza-se por produzir produtos de baixo valor agregado, cuja produção é intensiva em mão-de-obra, pouco qualificada, e os níveis salariais são baixos. Por fim, a *semi-periferia* é a região da economia-mundo capitalista, cujo resultado líquido equivale a zero. Ou seja, sua participação na cadeia mercantil é caracterizada pela simultaneidade das atividades centrais e periféricas, ou ainda, de um lado atividades que se

apropriam de parte do excedente gerado pela periferia e de outro lado transferem seu excedente para o centro (ARRIGHI, 1997).

Assim, mesmo que as atividades produtivas estejam geralmente localizadas dentro dos limites geográficos de um determinado Estado nacional, elas são partes da divisão mundial do trabalho e integram-se, direta ou indiretamente, a ela por intermédio das redes de mercadorias que perpassam os limites nacionais. Entretanto, não são somente por meio das redes ou cadeias de mercadorias que as atividades produtivas locais vinculam-se à economia-mundo capitalista. Há, também, fluxos de capitais (exportações de capitais) e fluxos de mão-de-obra (migrações internacionais) que constituem os elos de uma grande rede mercantil, integrando, desta forma, as diversas regiões da economia-mundo capitalista e transmitindo em nível regional/local os impactos da dinâmica sistêmica global (FILOMENO, 2006).

Diante desta perspectiva da economia-mundo capitalista, cuja estrutura hierárquica baseia-se na divisão mundial do trabalho e tendo em vista o objetivo geral desta pesquisa, nas próximas seções busca-se evidenciar como o desenvolvimento industrial do Brasil a partir segunda metade do século XIX se insere no processo sistêmico de acumulação de riqueza e poder. Para tanto, apresenta-se como as transformações sistêmicas da economia-mundo capitalista conduziram à expansão da economia cafeeira do Brasil e quais os fatores internos que contribuíram para esta expansão. Feito isso, busca-se apresentar o processo de industrialização brasileira entre 1870-1914.

4.1 DINÂMICAS GLOBAIS E A EXPANSÃO DA ECONOMIA CAFEEIRA NO BRASIL

Por volta de 1850, a Grã-bretanha já havia atingido a maturidade como primeira economia industrial do mundo. Sua liderança era incontestável na produção de ferro e carvão, na quilometragem de ferrovias construída, na exportação de produtos manufaturados, sobretudo o têxtil (CURY, 2006).

A Revolução dos Transportes em meados do século XIX veio reafirmar a supremacia inglesa na economia mundial capitalista. A modernização dos meios de comunicação e transporte constituiu-se em fator fundamental na intensificação da política britânica de livre comércio e da divisão do trabalho que vinha se consolidando desde o início do século. As ferrovias aumentaram a velocidade de circulação de pessoa e mercadorias, reduziram os custos com transporte, ampliaram a circulação das informações, abriram novos centros de consumo, ampliaram as áreas de cultivo e a exploração de novas reservas de recursos naturais

em todo mundo, promovendo, assim, uma maior integração dos mercados globais (CURY, 2006). Na América Latina, por exemplo, a instalação de ferrovias permitiu que regiões ainda não integradas à economia-mundo assumissem o papel de fornecedoras de produtos primários para o centro do sistema mundial, e que aquelas já integradas aumentassem sua participação na divisão mundial do trabalho. No caso específico do Brasil, a expansão das plantações de café em direção ao Oeste Paulista só foi possível graças à construção de ferrovias que ligavam as novas áreas produtoras ao porto de Santos. Assim, o desenvolvimento do sistema de transportes e a consequente intensificação da divisão mundial do trabalho contribuíram no aprofundamento da rede multilateral de comércio e pagamento centrados em Londres. Nesse quadro, a hegemonia britânica era inquestionável.

Entretanto, no decorrer do século XIX, a difusão e o desenvolvimento acelerado das atividades industriais nos países do centro da economia-mundo resultaram na intensificação sistêmica de pressões competitivas sobre as atividades de acumulação de capital, restringindo assim cada vez mais os mercados aos produtos manufaturados britânicos. Ou seja, o aumento da produção industrial, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa continental, particularmente na França e Alemanha, logo foi acompanhado da elevação de barreiras alfandegárias contra os tradicionais produtos ingleses (CURY, 2006).

Nesse contexto, a Grã-bretanha perdeu o *status* de “oficina do mundo” e o comércio internacional ingressou em uma nova fase, na qual se estreitaram os laços entre centro e periferia, pois as chamadas grandes potências estavam formando ou, em alguns casos, aprofundando sua influência na economia mundial capitalista. A estratégia de integração dos mercados mundiais residia, primeiro, no aprofundando das relações comerciais, dada a divisão mundial do trabalho; segundo, na transferência de capitais e fatores de produção que resultou na melhora substancial da infra-estrutura das regiões periféricas e o crescimento da dívida externa, aprofundando assim a dependência com os países do centro. No caso do Brasil, a maior integração à divisão mundial do trabalho dava-se pela especialização na produção e exportação de produtos primários tropicais, sobretudo o café (FURTADO, 1976). No tocante dos investimentos estrangeiros, o Brasil, por meio de empréstimos e investimentos direto externos, principalmente da Inglaterra, concretizou a expansão da rede ferroviária, a modernização dos portos e instalação de cabos submarinos, necessários à integração do país aos mercados mundiais (DEAN, 2002). O maior fluxo de capitais à modernização dos meios de produção, comunicação e transportes, constituiu o início de processo de desenvolvimento industrial do país, o que representou, ainda que lentamente, a superação da herança colonial.

Portanto, a disseminação da industrialização nos países do centro da economia-mundo capitalista, sobretudo na Alemanha e Estados Unidos, intensificou a concorrência entre os industriais, colocando em cheque a hegemonia britânica e ampliando a participação no comércio internacional dos países periféricos, fornecedores de matérias-primas e gêneros alimentícios, como o Brasil. A maior participação na divisão mundial do trabalho, principalmente a partir da década de 1870, resultou em profundas mudanças sociais e econômicas no Brasil. Entre as principais mudanças, destacam-se a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, a mecanização, a urbanização, o desenvolvimento de um sistema comercial, industrial e bancário, além da melhoria dos meios de comunicações e transportes. Tais transformações ocorreram sob a égide do café, e por isso este se tornou o elemento diretor e indutor do desenvolvimento capitalista no Brasil (CANO, 1981; SILVA, 1986).

Veja-se agora como ocorreu e quais os fatores que contribuíram para a expansão da economia cafeeira no Brasil no decorrer da segunda metade do século XIX, e como essa expansão resultou no processo de industrialização do país.

4.1.1 Expansão da Economia Cafeeira

Estagnadas ou em baixa desde a independência de 1822, as cotações internacionais do café apresentam-se em alta a partir da década 1850, estimulando a produção no Brasil, que cresceu muito rapidamente durante todo o século XIX, como se vê no Quadro 2.

Quadro 2 – PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL: 1821-1900
(em milhões de sacas)

Anos	Produção
1821-1830	0,3
1831-1840	1,0
1841-1850	1,7
1851-1860	2,6
1861-1870	2,9
1871-1880	3,6
1881-1890	5,3
1891-1900	7,2

Fonte: A. d'E Taunay, In. (SILVA, 1986, p. 43)

Entre os fatores que contribuíram para a expansão da economia cafeeira no Brasil no período posterior a década de 1850, destaca-se a Revolução dos Transportes. Além das ferrovias, cuja importância será apresentada posteriormente, o aparecimento dos navios a vapor no Atlântico Sul deu um novo impulso ao comércio de longas distâncias e, em particular, veio beneficiar as relações comerciais entre o Brasil, de um lado, e a Europa e os EUA de outro (SILVA, 1986).

A cultura do café se instalou primeiramente nas encostas da Serra do Mar da capitania do Rio de Janeiro, e nos Estados do Paraná, Minas Gerais e São Paulo. As condições favoráveis à concentração da produção na região centro-sul do Brasil estão associadas a fatores naturais de clima, relevo, solo e do curso fluvial (CANABRAVA, 1985). Porém, outros fatores facilitaram tal concentração. De um lado,

a abundante oferta de terras, as do Vale do Paraíba, próximas a portos de embarque, o que significava custos de transportes “suportáveis”; e de outro lado, a persistência do tráfico internacional assegurou o suprimento de escravos (...); (o) cultivo predativo da terra (...) (e) a extraordinária taxa de exploração imposta ao escravo (MELLO, 1986, p. 69-70).

No entanto, o cultivo predatório e a alta taxa de exploração do trabalho escravo, procedimentos “institucionalizados” no sistema cafeeiro escravocrata, ao mesmo tempo em que possibilitaram a expansão da atividade cafeeira, haviam tornado escassos os fatores que permitiram esse crescimento: terras próximas aos portos de escoamento e mão-de-obra abundante (SPINDEL, 1979).

Assim, os custos de produção da lavoura cafeeira eram crescentes, em decorrência da relativa escassez de terra e de mão-de-obra, conforme explica Spindel (1979):

Em termos econômicos, o uso extensivo da terra na cultura do café só vai se apresentar como problema quando as sucessivas ampliações da produção distanciam as áreas produtivas do seu custo em função da precariedade dos meios de transporte. Da mesma forma, no que se refere à mão-de-obra escrava, enquanto continuamente alimentada pelo tráfico internacional mostrava-se economicamente viável, (...). Mas com as restrições ao tráfico, começam a se fazer sentir os problemas da inelasticidade do estoque de mão-de-obra (Ibid, p. 33).

Mais distantes dos centros distribuidores, mas com superior qualidade e melhores possibilidades no mercado internacional, o café do Oeste Paulista logo se destacou no confronto com o café do Vale do Paraíba. Entretanto, o custo de produção era progressivamente maior à medida que as novas plantações avançavam mais para o interior. As maiores distâncias e a precariedade das vias de ligação com o porto de Santos implicavam altos prejuízos para os cafeicultores, não apenas aumentando consideravelmente o tempo necessário a completar o ciclo de sua atividade, mas também, causando grandes perdas no

volume produzido, dadas as dificuldades de escoamento da produção. Além da precariedade do transporte, o custo deste era muito elevado: o carroto das tropas de mula consumia entre um terço e metade do preço de exportação da saca de café (SPINDEL, 1979). Como a competição no mercado internacional se fazia principalmente pelo preço, para aumentar as vendas e manter a lucratividade, os produtores brasileiros precisavam reduzir os custos, o que exigiria alterar a estrutura produtiva, começando pelos transportes. Assim, a ferrovia foi introduzida no Brasil para viabilizar economicamente a expansão da lavoura cafeeira (SPINDEL, 1979).

4.1.1.1 Ferrovias

A introdução das estradas de ferro no Brasil foi, em primeiro lugar, uma resposta dos países do centro da economia-mundo à Grande Depressão do final do século XIX, pois todo o seu equipamento, com exceção dos dormentes, teve de ser importado e, portanto, foi pago em moeda estrangeira (FILOMENO, 2006). Assim, os países periféricos ampliavam sua produção de gêneros primários de exportação para adquirirem o capital necessário à modernização de seus complexos agroexportadores, aprofundando e consolidando sua posição na divisão mundial do trabalho e no sistema inter-estatal. No caso específico do Brasil, as ferrovias foram muito mais que uma inovação nos meios de transporte que permitiu ao país ampliar sua participação na divisão mundial do trabalho; foram, na realidade, o marco de uma grande mudança de processo na organização produtiva, cujo crescimento permitiu o desenvolvimento de uma indústria incipiente na passagem do sistema mercantil-escravocrata para a organização capitalista da produção (SPINDEL, 1979).

Sem as estradas de ferro, a economia cafeeira não teria atingido as dimensões registradas, pois as antigas tropas de mulas não poderiam escoar uma grande produção espalhada por milhares de quilômetros. Estima-se que, com a implantação da ferrovia, o custo do transporte do café se reduziu em aproximadamente 20% do preço de exportação da saca (SPINDEL, 1979). Desta forma, com as ferrovias as distâncias não eram mais um obstáculo importante e as plantações não seriam mais esmagadas sob o peso de colheitas impossíveis (SILVA, 1986).

A primeira estrada de ferro do café foi a Sociedade de Estrada de Ferro Pedro II, organizada pelo Governo do Império (SILVA, 1986). Posteriormente outras várias companhias foram criadas, entre elas a Recife and San Francisco Railway Company (1858), a São Paulo Railway (1868), posteriormente chamada Santos-Jundiaí, a Cia Brasileira de

Estrada de Ferro de Porto Alegre a Novo Hamburgo (1874) e a Estrada de Ferro Donna Thereza Cristina (1883). Ainda foram criadas a Cia Paulista (1869), a Itauna e Sorocaba (1870), a Mogiana (1872), a Bragantina (1877), a Rio Claro (1880) e a Companhia de Ferro Leopoldina (1872) (SILVA, 1986; SPINDEL, 1979; SILVEIRA, 2003). As novas linhas ferroviárias destinavam-se principalmente a recolher a produção cafeeira no interior das fazendas e levá-las aos principais centros de distribuição, em especial o porto de Santos (GLADE, 2002). Destaca-se que grande parte dessas companhias foi financiada pelos ingleses ou era de sua propriedade (BETHELL, 2002).

A partir de 1880, conforme dados levantados por Silveira (2003), a expansão da rede ferroviária no Brasil teve acentuado incremento. Se nesta data havia apenas 2.896 quilômetros, em 1890 seriam 9.076, demonstrando um acréscimo de 313,40%. Em 1910, a rede ferroviária no Brasil atingira 21.467 quilômetros. Com o rápido crescimento da rede de estradas de ferro, constitui-se uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do capitalismo, em particular na região cafeeira (SILVA, 1986).

Assim, a extensão da Revolução dos Transportes ao Brasil, por meio da exportação de capital e manufaturas oriundos principalmente da Inglaterra, permitiu a expansão da atividade cafeeira no país. O estabelecimento de ferrovias paralelamente à modernização da indústria de beneficiamento, ao reduzir os custos de produção e comercialização do café, aumentou a competitividade das exportações brasileiras no mercado concorrencial, reforçando a vocação agroexportadora do país, ao mesmo tempo em que favoreceu o desenvolvimento de uma indústria destinada a atender a demanda doméstica por bens de consumo não duráveis (SPINDEL, 1979; FILOMENO, 2006).

Apenas como registro para futura pesquisa, vale a pena observar que a produção dos trilhos e locomotivas, essenciais à expansão cafeeira, localizava-se no exterior, mais precisamente na Inglaterra. Considerando esta produção como parte da cadeia mercantil do café, pode-se ver como esta se estendia para fora do território brasileiro, pois praticamente todo o consumo era também realizado no exterior.

A rápida expansão da economia cafeeira evidenciava e agudizava o problema da mão-de-obra (SPINDEL, 1979), cuja escassez poderia ser o único obstáculo sério à expansão cafeeira. Essa escassez e a solução para ela serão tratadas na próxima seção.

4.1.1.2 Força de Trabalho

Em meados do século XIX, “a força de trabalho da economia brasileira estava basicamente constituída por uma massa de escravos que talvez não alcançasse 2 milhões de indivíduos. Qualquer empreendimento que se pretendesse realizar teria de chocar-se com a inelasticidade da oferta de trabalho” (FURTADO, 2005, p. 123).

A mão-de-obra utilizada nas fazendas de café que se abriam no Vale do Paraíba era predominantemente escrava, por esta ser considerada a única compatível com a grande lavoura e superior ao trabalho livre¹⁷ (COSTA, 1985). No entanto, a partir de 1850, a expansão da economia cafeeira passou a se defrontar com as restrições à importação de escravos. Como é sabido, naquele ano foi assinada a Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico interatlântico de escravos, provocando uma relativa escassez de mão-de-obra (FURTADO, 2005). Mesmo que o comércio interprovincial pudesse transferir escravos de regiões onde não havia um significativo desenvolvimento da economia cafeeira, a taxa de mortalidade entre os escravos era superior a sua taxa de natalidade, proporcionando um forte impacto na economia cafeeira (FURTADO, 2005).

A expansão da atividade cafeeira na década de 1860, devido à melhora no preço internacional do café, agravava a questão da mão-de-obra. Outro fator que acentuou a problemática foi a alta dos preços do algodão, provocada pela Guerra de Secessão no EUA, que estimulou a produção da fibra nos Estados do Norte, restringindo, desta forma, o tráfico interprovincial de escravos (FURTADO, 2005).

Em 1871, foi promulgada a Lei do Ventre Livre. Por essa lei, os filhos de escravos nascidos a partir daquela data em diante estavam livres e não poderiam, assim, ser reduzidos às condições de seus pais. Em 1885, a Lei Saraiva-Cotegipe (Lei do Sexagenário) concedeu liberdade a todos os escravos com mais de 60 anos de idade¹⁸ (PRADO JR. 2006). A abolição progressiva causava certo temor nas oligarquias cafeeiras, devido à grave escassez de mão-de-obra no Brasil. Esse temor acabou se transformando numa grande questão da política nacional sintetizada no clamor das oligarquias: “faltarão braços nesse país para gerir a economia cafeeira!” (BRITO, 2004, p 05).

Assim, como possível alternativa do problema da mão-de-obra, acelerou-se a importação da força de trabalho estrangeira, que já vinha ocorrendo havia algum tempo. No entanto, o elevado custo da imigração internacional, dado o risco do investimento, inerente à

¹⁷ A estrutura econômica colonial mantinha-se e as ideologias e valores refletiam essa realidade. Ser dono de escravo era sinal de prestígio social (COSTA, 1985).

¹⁸ Para um estudo mais amplo dessa questão, ver Beiguelman, (1977).

mobilidade do trabalhador livre, fosse entre as fazendas, fosse na direção dos centros urbanos, introduziu uma corrente migratória financiada pelo Estado. Tratava-se de promover uma maciça imigração internacional de mão-de-obra, subsidiada pelos cofres públicos em benefício dos proprietários das grandes lavouras de café (BEIGUELMAN, 1977).

Entre 1871 e 1915, o Brasil recebeu aproximadamente 3,2 milhões de imigrantes estrangeiros¹⁹ (GLADE, 2002). Deve-se destacar que esse grande fluxo migratório não se deveu única e exclusivamente à expansão da economia cafeeira que necessitava de braços para sua manutenção. Contribuíram, e muito, para aumentar as migrações internacionais a crise econômica no final do século XIX, causada pela extrema competição entre os países centrais (Capítulo 3) e a instabilidade política própria de uma Europa dividida, em que Estados fortes se articulavam em impérios e alianças para competir por um maior espaço para as suas economias (BRITO, 2004). Entretanto,

as crises econômicas e políticas tiveram apenas o papel de acelerar o movimento das populações. *A sua raiz encontrava-se, basicamente, na reestruturação produtiva do capitalismo* que potencializou o excedente demográfico europeu, e na integração do espaço econômico internacional, proporcionada pelo fantástico progresso nos transportes a vapor de média e longa distância. A facilidade de transporte, com a redução nos seus custos, e a conseqüente integração econômica mundial geraram uma internacionalização do mercado de trabalho fortemente alimentada pelos fluxos migratórios entre a Europa e a América (BRITO, 2004, p. 15 grifo nosso).

Os italianos, principalmente os do Mezzogiorno, constituíram a maior parcela dessas correntes migratórias. Eles representaram aproximadamente 65% dos imigrantes que chegaram ao Brasil nas últimas duas décadas do século XIX (SILVA, 1986). Destaca-se que a introdução do imigrante em família era estimulada, pois permitia ao fazendeiro aproveitar-se do trabalho familiar (BEIGUELMAN, 1977).

Em síntese, a penetração do café no Oeste Paulista e a relativa escassez de mão-de-obra alteraram substancialmente a forma de organização do trabalho na lavoura cafeeira. A nova orientação produtiva estava fundamentada no trabalho assalariado do imigrante europeu, em especial o italiano (BEIGUELMAN, 1977). O salário pago ao trabalhador livre possibilitava-lhe adquirir no mercado produtos que não eram produzidos por ele no interior da fazenda. O colono, ao consumir - roupas, sapatos, serviços e etc. – vem constituir a renda de pequenos produtores e comerciantes, que também transformam grande parte da sua renda em gasto de consumo, o que significou um aumento na demanda interna²⁰, impulsionando assim a

¹⁹ Destaca-se que nem todos eles ficaram no Brasil; todavia, estima-se que entre 1,7 e 2 milhões de estrangeiros criaram raízes no país (GLADE, 2002).

²⁰ Para um estudo mais detalhado sobre a importância da renda no complexo cafeeiro e a formação do trabalho urbano, ver Beiguelman, (1977) e Spindel (1980).

indústria, sobretudo a têxtil e de alimentos (FURTADO, 2005). Desta forma, a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado gerou uma maior circulação de capitais no Brasil nas últimas décadas do século XIX, impulsionando a urbanização e os investimentos nas indústrias de bens de consumo não duráveis (BEIGUELMAN, 1977; HARDMAN e LEONARDI, 1991).

Em suma, estabelecida a corrente imigratória, desenvolve-se o seguinte ciclo: o imigrante, após um estágio na lavoura, migra para os centros urbanos, tendo em vista as novas oportunidades econômicas decorrentes da ampliação do mercado, resultado de sua própria presença na economia como trabalhador consumidor. O aumento do consumo nos centros urbanos estimula investimentos em serviços de utilidade pública, proporcionando melhores condições para o desenvolvimento social; amplia-se, assim: a migração para as cidades, o mercado consumidor e a força de trabalho para a indústria nascente (BEIGUELMAN, 1977).

Ressalta-se que esse processo de expansão da economia cafeeira e desenvolvimento sócio-econômico do Brasil não devem fazer perder de vista o processo sistêmico de acumulação de capitais no qual o país está inserido, ou seja, o caráter sistêmico das relações sociais materializadas, primeiramente nas mercadorias em circulação no comércio mundial, e em seguida, em outra fase da expansão do capitalismo, o capital financeiro, relações estas que no Brasil foram estabelecidas, ao longo do século XIX, entre as classes dominantes locais e a Grã-Bretanha.

4.2 A EXPANSÃO FINANCEIRA BRITÂNICA E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

O período que se abre por volta de 1870 altera profundamente a organização da divisão mundial do trabalho. A grande expansão do comércio mundial de meados do século XIX tinha levado a uma intensificação sistêmica de pressões competitivas, promovendo a formação de grandes conglomerados industriais, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. O resultado foi o desenvolvimento do capital financeiro, que eliminou a livre concorrência fazendo nascer os monopólios (ARRIGHI, 1996). Assim, esse período marcou o início da fase terminal do CSAB e o começo do acirramento cada vez maior das disputas entre as potências imperialistas, cujos principais protagonistas eram a Grã-bretanha e os recém industrializados Estados Unidos e Alemanha.

A principal característica da fase de expansão financeira britânica (1870-1930) foi a grande “exportação de capital da Grã-Bretanha” (ARRIGHI, 1996, p.169). Além disto, houve

também uma “expansão das redes bancárias provinciais britânicas, aliadas a uma crescente integração delas nas redes da City” (idem, p.169).

Enquanto a expansão mercantil (1820-1870) esteve em sua fase de lucros crescentes, a principal função das redes bancárias provinciais britânicas foi transferir recursos monetários de empresas com excesso de liquidez para aquelas atividades com escassez de capital. Na medida em que os lucros tornaram-se cada vez mais baixos no âmbito produtivo, as empresas comerciais passaram a preferir “manter líquidas ao menos parte de seu capital e deixar que a City, através dos bancos provinciais ou diretamente por seus corretores, cuidasse de investi-lo, sob qualquer local da economia mundial que promettesse os rendimentos mais seguros e mais altos” (Ibid, p.170). Neste sentido, os Estados periféricos, sobretudo os latino-americanos, tornaram-se a principal direção do vultoso fluxo de capitais exportados pelas economias centrais.

As estradas de ferro foram particularmente importantes para justificar os fluxos financeiros. A construção das primeiras linhas férreas já havia começado no final da década de 1840, e outras foram construídas na década de 1850, mas foi realmente após 1860, e, sobretudo após 1870, que ocorreu a grande era do desenvolvimento ferroviário na América Latina (GLADE, 2002).

Assim, se no início do século XIX a relação da Grã-Bretanha com a América Latina de modo geral, e especialmente com o Brasil, foi uma relação desenvolvida, principalmente, por meio de trocas, posteriormente, o fortalecimento dessas relações foi por meio das crescentes exportações de capitais. Os dados do Quadro 3, abaixo, referentes ao período 1825-1913, demonstram o rápido crescimento dos investimentos Britânicos para a América Latina, em particular no Brasil.

Quadro 3: **INVESTIMENTOS BRITÂNICOS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL**
NO PERÍODO DE 1825-1913
(em milhões de libras)

Ano	América Latina	Brasil
1825	24,6	4,0
1840	30,8	6,9
1865	80,9	20,3
1875	174,6	30,9
1885	246,6	47,6
1895	552,5	93,0
1905	688,3	122,9
1913	1.177,5	254,8

Fonte: SILVA (1986)

Observa-se que as quatro ou cinco décadas anteriores à Primeira Grande Guerra Mundial foram marcadas por um aumento substancial nos investimentos britânicos no Brasil. Os empréstimos públicos foram a forma predominante das exportações de capitais; o afluxo de capitais estrangeiros permitiria equilibrar a balança comercial e as finanças públicas sem sacrificar as importações, de tão fundamental importância para o país (PRADO JR., 2006). O gráfico 1, abaixo, apresenta a evolução da dívida externa do Brasil no período de expansão da economia cafeeira e de crescimento industrial do país²¹.

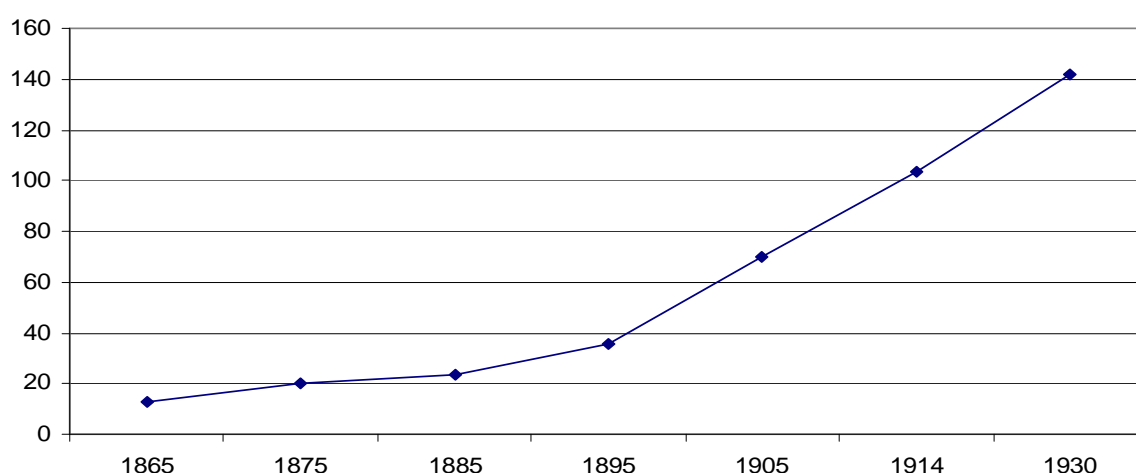


Gráfico 1: **DÍVIDA EXTERNA DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO: 1865-1930**
(em milhões de Libras)

Fonte: ABREU (1985)

²¹ Para um estudo mais detalhado da dívida externa do Brasil ver ABREU, 1985.

Além de equilibrar as contas públicas, os empréstimos, concedidos em sua maioria pela Grã-bretanha, serviram, direta ou indiretamente, para o financiamento da imigração massiva de trabalhadores, para a construção de numerosas estradas de ferro, implantação de vários outros serviços públicos e industriais, sem falar na própria consolidação do Estado brasileiro (SILVA, 1986).

No longo prazo, foi a relação do país com a economia-mundo que explicou o crescimento econômico do período compreendido entre 1870 e 1930. Ao especializar-se na produção cafeeira, o Brasil torna-se um elo importante na cadeia mercantil global do café. No período entre os anos 1820 e a década 1870, o desempenho econômico do Brasil no comércio mundial mostrou-se fraco, mas, pouco a pouco, no curso do ciclo sistêmico de acumulação britânica, o país ampliou sua participação na divisão mundial de trabalho por meio de novas cadeias mercantis, fluxo de capitais e de imigrantes.

Neste contexto, entre 1870-1930, o relativo desenvolvimento econômico do Brasil esteve subordinado ao desenvolvimento e crescimento da produção industrial das economias centrais. Era a demanda mundial, e não a local, que comandava o processo econômico local. O processo de organização da atividade econômica local, para expandir o setor de produção voltada ao mercado mundial, forneceu a dinâmica central dos investimentos na economia cafeeira, subordinando possíveis alternativas investimento, como por exemplo, a indústria de bens de capital.

4.2.1 A Industrialização Brasileira

No último quartel do século XIX, houve um significativo crescimento das atividades industriais no Brasil. A industrialização incipiente foi estimulada pela demanda proporcionada pelo setor de exportação, crescimento da população e aumento de renda induzida pelas exportações. A demanda local de bens de consumo, sobretudo os não duráveis, e de alguns bens de capital, especialmente máquinas e implementos agrícolas, estava crescendo e, para atendê-la, criavam-se novas empresas (GLADE, 2002).

Entretanto, a integração do país na economia mundial e a correspondente facilidade de levantar empréstimos no exterior não só ajudaram a sufocar qualquer potencial de produção local de tecnologia que pudesse ter sobrevivido às restrições impostas, primeiramente pela metrópole no período colonial e, posteriormente pela política britânica de livre comércio, como também impediram o desenvolvimento de grandes experiências industriais. As relações custo-benefício tornavam muito mais fácil e mais racional – em curto prazo e na perspectiva

do empresário individual – adquirir na Europa novos métodos de produção que lá já estavam bem difundidos, pois constituir um ambiente social capaz de estimular a geração local seria um processo de longo prazo que foge à capacidade do empresário (GLADE, 2002). Assim, mesmo que o processo de industrialização brasileira tenha apresentado um significativo crescimento no final do século XIX, o crescimento industrial do país era reflexo da reorganização industrial européia. Ou seja, quando obsoletos nos países centrais, os meios de produção foram exportados juntamente com os capitais necessários à modernização do parque agroexportador brasileiro.

Destaca-se que, tanto para as elites do centro quanto para as elites locais com interesses vinculados à exportação de produtos primários, não havia interesse na industrialização do país. As oligarquias rurais, sobretudo a cafeeira, os comerciantes, em particular os agentes comerciais britânicos e os governos – Federal e Estadual²² – beneficiavam-se com a duração absoluta do período de expansão das exportações de matérias-primas, interrompido apenas por crises breves, embora dramáticas, geradas pelo ciclo comercial, pela excessiva especulação, pela paz e pela guerra (HOBSBAWM, 1988). Apesar disso, pode-se dizer que o período compreendido entre 1870 e 1930 constituiu a aurora da era industrial no Brasil (GLADE, 2002).

Entre 1870 e 1914 a Grã-Bretanha foi quem mais investiu no Brasil, sobretudo por meio de empréstimos públicos. Não obstante, o capital privado inglês também esteve presente nas atividades industriais, principalmente na têxtil, além do setor de serviços e transportes (SINGER, 1985). Os investimentos britânicos na industrialização brasileira faziam parte de uma estratégia de manter aberto o acesso do mercado interno brasileiro. A lógica britânica pressupunha que a

excessiva concentração do café como gerador de divisas estrangeiras e portanto como fonte quase única da capacidade de importar chegou a constituir um claro ponto de estrangulamento para a expansão das forças produtivas no Brasil. Este estrangulamento era agravado pelos pesados compromissos financeiros assumidos precisamente em relação ao capital britânico (SINGER, 1985, p. 368).

A retração dos mercados internacionais e a conseqüente queda do preço internacional do café no final do século XIX confirmaram as previsões dos capitalistas britânicos. Assim, “por menos industrialista que fosse a classe dominante brasileira – ela o foi pouquíssimo antes de 1930 – a substituição de importação era a saída que se impunha como a única alternativa à estagnação econômica” (Ibid, p. 368). Nesse sentido, dada à inevitabilidade da

²² O centro dinâmico da economia brasileiro no período estava na região centro-sul, com destaque para os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

industrialização brasileira, coube aos capitalistas britânicos criarem raízes em solo brasileiro construindo diversas companhias. Entre 1860 e 1902, das 212 empresas estrangeiras fundadas no Brasil, 127 eram britânicas (CASTRO, 1979). Os investimentos estrangeiros eram crescentes e desproporcionais em relação às empresas brasileiras, pois entre 1903 e 1910, foi autorizada a instalação de 147 empresas; destas, 122 eram estrangeiras e 25, nacionais (LUZ, 1975).

Vejam-se agora as tendências dos investimentos na indústria de transformação no Brasil entre 1870-1930.

4.2.2 Investimentos na Indústria de Transformação no Brasil: 1870-1930

A relação que se desenvolveu entre o Brasil e o centro industrial da economia-mundo no último quartel do século XIX, sobretudo após a década de 1870, conduziu a um processo de acumulação de capital no Brasil que fora investido no desenvolvimento industrial do país. Conforme o gráfico 2 abaixo, até a década de 1860 os investimentos na produção industrial do Brasil estavam praticamente estagnados. A partir de 1870, elevaram-se os investimentos na indústria de transformação, atingindo picos no período de especulação financeira – Encilhamento –, e nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929.

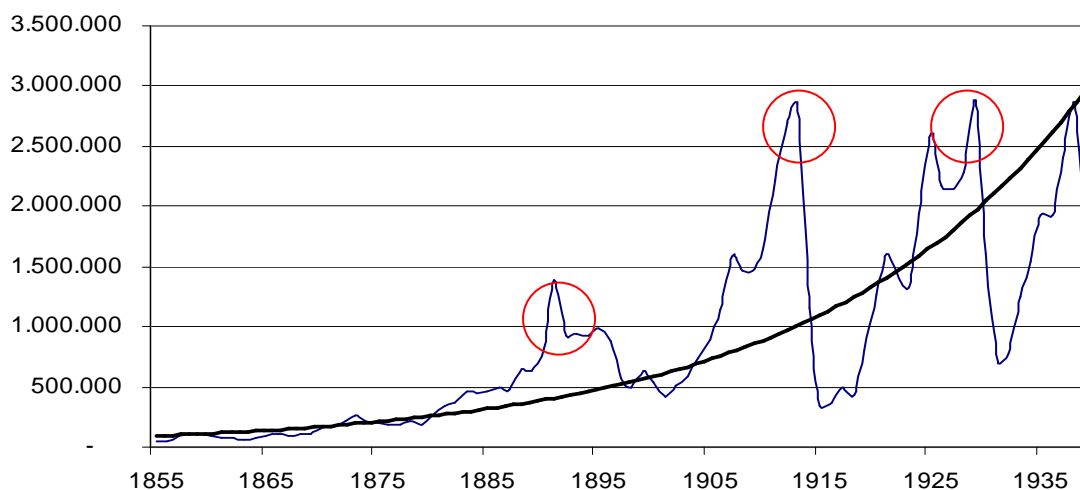


Gráfico 2 – TOTAL DE INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL: 1855-1939
(valores em Libra Esterlina, preço de 1913)

Fonte: SUZIGAN (2000, p. 83) ²³.

²³ Devido à falta de dados confiáveis sobre o volume de investimentos na indústria brasileira para o período anterior a década de 1930, o autor estima o volume investido na indústria brasileira a partir dos dados de

Entre fins da década de 1860 e início da década 1870, o aumento do investimento foi estimulado por políticas expansionistas, que reforçaram a tendência ao crescimento da demanda agregada provocada pela expansão das receitas de exportação de café e algodão, e por políticas de depreciação cambial que criaram condições favoráveis à produção interna (SUZIGAN, 2000).

O capital do fazendeiro, importante nessa fase inicial da industrialização brasileira, esteve mais ligado à exportação ou à transformação de suas próprias matérias-primas, e aos poucos foi substituído pelo capital dos importadores. Em sua primeira fase, a indústria brasileira, ao servir de mercado para as matérias-primas produzidas pelos fazendeiros e sem perspectivas de exportação, favoreceu diretamente os interesses desta classe. No entanto, os fazendeiros exigiram a cobrança de altas tarifas de alguns produtos importados, como a juta, que concorria como algodão brasileiro, invectivaram as indústrias “artificiais” que os utilizavam, e empenharam-se para que as tarifas sobre os implementos agrícolas se mantivessem baixas; detestavam as fábricas que levavam embora sua força de trabalho. Costumavam enunciar uma frase repetida mais tarde com ironia pelos entusiastas do desenvolvimento: “o Brasil é um país essencialmente agrícola” (DEAN, 2002).

Em 1873, iniciou-se o período que se convencionou chamar de Grande Depressão (1873-1896). Entre 1874 e 1879, a economia brasileira foi afetada por uma séria crise bancária, o que reduziu a atividade industrial até o final da década de 1870. Além disso, os preços de importação despencaram e a taxa de câmbio sofreu uma valorização, reduzindo os níveis de proteção das indústrias já instaladas no país. A consequência foi o fechamento de diversas fábricas e/ou transformação de muitas destas em unidades importadoras (SUZIGAN, 2000). Entretanto, a política deflacionária e de valorização cambial adotada pelo governo nesse período, embora reduzissem a proteção ao produtor interno de manufaturas, favoreceu a introdução de máquinas e equipamentos importados, que beneficiou, e muito, algumas indústrias já estabelecidas, principalmente a indústria têxtil de algodão (Ibid, 2000). Assim, mantiveram-se os investimentos no setor industrial brasileiro, porém, em menor escala.

A essa breve recessão seguiu-se uma nova fase de expansão (1880-1891) dos investimentos na indústria de transformação do Brasil. Segundo Suzigan (2000) esse período fora de grande progresso econômico. Os principais fatores que contribuíram para tal progresso foram: (1) crescimento da renda, impulsionado pela expansão das exportações, principalmente

importação de máquinas e equipamentos provenientes principalmente da Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e França.

das áreas produtoras de café; (2) construção de estradas de ferro; e (3) promoção da imigração europeia. Conciliados à maior disponibilidade de capital estrangeiro para financiar obras de infra-estrutura e à política expansionista do governo federal, esses fatores colaboraram para formação de um mercado para produtos industrializados.

Deve ser ressaltado que, na década de 1880, o Brasil passou a gozar de um virtual monopólio na etapa de produção primária da cadeia mercantil mundial do café. Graças à atividade cafeeira, as finanças públicas, apesar dos déficits constantes, podiam fazer frente aos grandes compromissos externos e realizar algumas obras de vulto; até a moeda, sempre tão precária, gozou de certa estabilidade nos últimos anos do governo imperial (FILOMENO, 2006). O crédito brasileiro no exterior era sólido, o que assegurava inversões crescentes de capitais estrangeiros, principalmente na forma de empréstimos públicos. Este fluxo constante de capitais vindos do exterior garantia o equilíbrio do balanço de pagamentos e das finanças públicas que sem ele, mesmo com todos os progressos do país, não teria podido se manter (PRADO JR., 2006).

Em 1889, com a Proclamação da República, intensificaram-se os laços do Brasil com as finanças internacionais. A ação direta dos interesses dos capitalistas estrangeiros já se fazia sentir no país de longa data; porém, tudo ficaria a grande distância do que ocorreu nessa nova fase que se inaugurou. A partir de então,

propriamente a finança internacional, multiforme e ativa, e não apenas indivíduos ou inversões esporádicas de capital, que vem interferir na vida brasileira procurando participação efetiva, constante e crescente em todos os setores que oferecessem oportunidades e perspectivas de bons negócios. O estabelecimento de filiais dos grandes bancos estrangeiros (...), e o largo impulso que logo adquiriram seus negócios foram sintomas desta situação nova. Dentro em pouco encontramos a ação progressiva dos interesses financeiros internacionais alastrando-se e se infiltrando ativamente em todos os setores fundamentais da economia brasileira, até colocá-la em grande medida a seu serviço (PRADO JR., 2006, p. 209-210).

A produção cafeeira, em particular, a grande atividade econômica do país, foi naturalmente logo atingida, sendo objeto de disputas entre capitalistas estrangeiros.

Tudo isto trouxe um grande estímulo às atividades econômicas no Brasil, ainda que a um alto custo futuro. O grande incremento da lavoura cafeeira não teria sido possível sem os capitais e créditos fornecidos pelas finanças internacionais. Boa parte dos fundos necessários ao estabelecimento de plantações e custeio da produção proveio de bancos estrangeiros, sobretudo ingleses, ou então de casas exportadoras do produto, ou outros intermediários, em sua maioria britânicos (PRADO JR., 2006).

Nesse ambiente de progresso das atividades econômicas no Brasil, a política monetária mantida pelo governo imperial era de certa forma incoerente. A pouca liquidez e a crescente

dívida externa do país levaram o governo a promover uma série de reformas bancárias e monetárias voltadas a aumentar a oferta de moeda. A Lei de Reforma Bancária de 1888 estabelecia uma expansão do crédito por meio de um maior desenvolvimento das instituições monetárias. As disposições mais importantes desta lei eram (1) os bancos poderiam emitir notas conversíveis em moeda imperial; (2) suas emissões tinham de ser garantidas com o depósito de títulos da dívida pública e não poderiam exceder a quantia depositada em títulos; (3) as emissões do Tesouro seriam recolhidas ante a emissão destes títulos; e, (4) os bancos substituiriam os títulos do governo por ouro (FILOMENO, 2006)

Devido ao aumento do fluxo de capitais referente a empréstimos captados no exterior e à exportação cafeeira, “ao longo de 1888 (...) a taxa de câmbio havia se apreciado até a tão perseguida paridade de 1846” (FRANCO, 1992, p.19), o que possibilitou a adoção, em junho de 1889, da emissão conversível, ou melhor, o retorno ao padrão-ouro. No entanto, a convertibilidade duraria pouco. Ao ser proclamada a República, Rui Barbosa, primeiro ministro da Fazenda do governo republicano, iniciou um processo de emissões inconvertíveis, com o objetivo de suprir a oferta de moeda ainda considerada insuficiente. As grandes emissões realizadas pelos bancos recém criados com este objetivo levariam a uma crescente especulação que ficou conhecida como Encilhamento (FILOMENO, 2006) ²⁴.

A alta oferta de moeda, por sua vez, levou a “uma queda inusitada da taxa de câmbio, que terminaria o ano em torno de 12 pence por mil réis” (FRANCO, 1992, p. 23) em comparação com a taxa de 27 pence por mil réis em 1888. Além da oferta abundante de moeda, segundo Franco (1992), as “influências ‘exógenas’ ligadas aos efeitos sobre as entradas de capital no Brasil do colapso da casa Baring Brothers em Londres, em outubro de 1890, e da moratória Argentina, [também] teriam grande influência sobre o mercado de câmbio no Brasil em 1891” (idem, p. 23). Como reflexo, o surto industrial foi interrompido.

A partir da crise de 1891, “o déficit orçamentário crescerá de forma significativa (...), sendo particularmente preocupante a evolução das contas de despesas vis-à-vis de receita do governo denominadas em moeda estrangeira” (idem, p.25). Neste contexto, iniciou-se um novo ciclo de empréstimos dos grandes financistas internacionais ao Brasil. Em 1895, os Rothschild concederam um novo empréstimo ao Brasil, objetivando prover recursos para o serviço da dívida externa e evitar maiores pressões sobre a taxa de câmbio.

A indústria progrediu em meio à febre especulativa. O brusco declínio do câmbio que então se verificava reforçou a posição da indústria local. O rompimento do equilíbrio

²⁴ A análise de Filomeno (2006) difere das análises tradicionais por apresentar uma perspectiva sistêmica.

conservador do Império, a abolição da escravidão e a consequente transformação do regime de trabalho, a eclosão de um novo espírito de negócios e especulação mercantil, a acentuação e consolidação do domínio da finança internacional na vida econômica do país, abriram as portas para uma política de mais consciente amparo à produção do país. As tarifas alfandegárias foram sucessiva e fortemente elevadas, e já desta vez com o objetivo deliberado de protecionismo industrial (PRADO JR., 2006).

Em 1896, como reflexo da crise do setor exportador de café, os investimentos na indústria de transformação foram drasticamente reduzidos. Além da redução das exportações do produto, houve um declínio na renda real da economia. A política deflacionária, implementada pelo governo em fins de 1898, agravou ainda mais a crise. Destaca-se que, nesse período, a constante desvalorização da moeda e o crescente desequilíbrio externo provocados, sobretudo, pela política de incentivo à economia cafeeira, conduziram o governo a realizar uma renegociação da dívida externa. O “plano de refinanciamento de pagamentos é finalmente acordado entre o governo brasileiro e a Casa Rothschild, através do qual seria emitido o chamado *funding loan*” (idem, p.27).

O *funding-loan* de 1898 obrigou o governo a adotar medidas de austeridade fiscal, reduzindo as suas despesas e aumentando as suas receitas por meio da ampliação da carga tributária. Taxar as exportações era inconcebível, pois essa era uma das principais fontes de receitas do país e dos cafeeiros, a classe mais influente da sociedade brasileira no período. Deste modo, os tributos tinham que recair sobre o consumo interno. Entre taxar indústria nascente ou as importações, o Governo preferiu taxar esta última, não para proteger a produção nacional, mas sim para reequilibrar as contas externas.

A recuperação dos níveis de investimentos iniciou-se em 1902, sendo interrompida em 1908/1909 por uma breve recessão, refletindo os efeitos da desaceleração da economia norte-americana em 1907. Porém, seguiu-se a expansão, na qual atingiu um pico em 1912/1913 (SUZIGAN, 2000).

Nesse período, o governo fez crescentes investimentos em infra-estrutura financiados, em grande parte, pelo capital externo, especialmente o inglês. A expansão dos investimentos externos, “juntamente com o programa de valorização do café, trouxeram como resultado crescimento econômico geral, aumento da capacidade de importar e valorização da taxa de câmbio” (Ibid, p. 88). Estimuladas pelo desenvolvimento urbano e pelo crescimento da demanda interna as indústrias de cerveja, tecidos de lã e de juta, e fósforo aumentaram sua capacidade produtiva. Foram feitos, também, investimentos em novas indústrias, tais como as de óleo de caroço de algodão e de industrialização de carnes (SUZIGAN, 2000).

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) os investimentos na indústria de transformação foram drasticamente reduzidos. Segundo Suzigan (2000) “as dificuldades para importar máquinas e equipamentos e o forte aumento dos preços de importação durante a guerra certamente explicaram a queda dos investimentos, da mesma forma que as dificuldades para importar matéria-prima e outros insumos explicam a redução do ritmo de crescimento da produção industrial naqueles anos” (Ibid, p 89).

No imediato pós-guerra (1919-1929), iniciou-se uma nova fase de expansão do investimento na indústria de transformação, que perdurou por toda década de 1920, embora com duas pequenas recessões em 1922/1923 e 1926/1927 (SUZIGAN, 2000). Segundo o autor, a expansão dos investimentos na indústria durante a década de 1920 teve como causas os eventos da economia internacional²⁵ e a mudança na política econômica brasileira, que apresentou as seguintes características: (1) novas políticas monetárias e fiscais expansionistas (1922-1923) juntamente com um novo programa de valorização do café; (2) nova política deflacionária (1924-1926); e (3) um esquema de estabilização monetária e cambial (1927-1929). Assim, a década de 1920 foi marcada pela alta nas taxas de crescimento do PIB (1919/1920, 1922/1923 e 1927/1928) e por períodos de baixo crescimento ou crescimento negativo (1921, 1924/1926 e 1929). De modo geral, durante a década de 1920 aumentaram os investimentos em praticamente todos os setores industriais, verificando-se uma maior diversificação da indústria de transformação (SUZIGAN, 2000).

No final da década de 1920, a economia brasileira foi afetada pela Grande Depressão. O produto e a renda real da economia do país declinaram entre 1930-1931. Nesse período, os investimentos na indústria de transformação, medidos pela importação de máquinas e equipamentos, caíram drasticamente. Com as exceções das indústrias de cimento e têxtil (fios de raio), todas as outras indústrias tiveram cortes substanciais nos investimentos. No entanto, segundo Suzigan (2000), os efeitos da Grande Depressão sobre os investimentos da indústria de transformação foram menos intensos que os efeitos da recessão da Primeira Guerra Mundial, tanto que, em 1933, a recuperação já estava se iniciando.

Em suma, entre 1870 e 1930 o Brasil assistiu ao seu primeiro surto industrial, sendo influenciado diretamente: (1) pela maior participação do país na divisão mundial do trabalho, especializando-se na produção de produtos primários de exportação, sobretudo o café; (2) pela grande disponibilidade financeira internacional, ou seja, maior facilidade de crédito; (3) pelos significativos e crescentes investimentos britânicos no país, principalmente na forma de

²⁵ Em 1920-1921, a economia brasileira foi profundamente afetada pela recessão econômica internacional, tendo os preços do café caído aproximadamente 45% (SUZIGAN, 2000, p. 90).

empréstimos, mas também na construção de ferrovias, portos, agências exportadoras e importadoras, seguradoras e empresas prestadoras de serviço público; (4) políticas expansionistas do governo central, sendo que a importância destas é relevante a partir do primeiro decênio do século XX.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica realizada nos capítulos anteriores buscou demonstrar que a origem da industrialização brasileira está inserida num processo sistêmico de acumulação de capital e poder em escala global. Como visto no capítulo três, durante a segunda metade do século XVII e durante todo o século XVIII, França e Inglaterra disputaram a posição de Estado hegemônico do sistema mundial. Nesta fase de disputas, antigas potências imperialistas buscaram estabelecer alianças militares e/ou econômicas com as novas potências – França e Inglaterra – tentando, desta forma, manter uma posição privilegiada no sistema europeu de Estados nacionais. Nesse contexto, Portugal, após uma longa disputa com a Espanha – União Ibérica – encontrava-se numa posição extremamente débil. No intento de recuperar seu prestígio no mercado internacional, o governo português iniciou uma política exterior de concessões, tentando realocar-se no comércio intencional. Os acordos firmados com Grã-bretanha em 1642, 1654 e 1661 estruturaram essa estratégia que marcou profundamente a vida política e econômica de Portugal e do Brasil durante os dois séculos seguintes. A reciprocidade anunciada nos prólogos dos Tratados era um princípio vazio, pois praticamente só beneficiaram a Grã-bretanha; os privilégios concedidos à Inglaterra permitiram que esta assumisse verdadeira função tutelar sobre o Estado português. Em 1703, com a assinatura do Tratado de Methuen, aprofundou-se a preeminência inglesa sobre Portugal e consequentemente sobre suas colônias, no caso particular o Brasil.

Na medida em que se aproximava do final do XVIII, acirravam-se as disputas pela supremacia mundial. Devido à posição geográfica estratégica e seu vasto império nas Américas, Portugal tornava-se um entreposto importante na disputa pela supremacia mundial. Nesse contexto, a Grã-Bretanha, que já exercia grande influência sobre o Estado lusitano, passou a articular um audacioso plano de constituir um poderoso império na América do Sul a partir do Brasil. Em 1807, foi assinada a Convenção Secreta de Londres, que estabelecia uma possível transferência da sede Monárquica Portuguesa para o Brasil. Em 1808, as ameaças de invasões feitas por Napoleão Bonaparte aceleraram o processo de instalação da corte em território brasileiro. Assim, iniciou-se uma nova fase na história do Brasil, que deixava de ser colônia portuguesa para fazer parte do Império Britânico.

A abertura dos portos de 1808 e, sobretudo, a assinatura dos Tratados de Comércio de 1810, vieram a consolidar a preeminência britânica no Brasil e revogar qualquer direito do

país em se desenvolver industrialmente, pelo menos até 1844, quando é implementada a Tarifa Alves Branco, primeira tarifa protecionista do Brasil.

No entanto, a incapacidade do governo em estabelecer medidas industrializantes, o fraco desempenho das manufaturas brasileiras, que enfrentavam a concorrência dos produtos britânicos de melhor qualidade e preços mais baixos, enfraqueceu os estímulos proporcionados pela tarifa protecionista. Outra barreira ao desenvolvimento industrial era a manutenção de uma classe agro-exportadora escravagista como base do governo imperial. No entanto, um novo capítulo da industrialização brasileira iniciou-se a partir da segunda metade do século XIX. Pressionado pela Grã-bretanha, o governo imperial promulgou a lei Eusébio de Queiroz (1850), que estabelecia a abolição do tráfico de escravos; iniciava-se, assim, um processo de substituição de mão-de-obra escrava por mão-de-obra assalariada – fator primordial na formação industrial de um país – que se consolidaria no último terço do século XIX.

Em meados do século XIX, a indústria britânica estava consolidada e o mundo assistia a Revolução dos Transportes. Nesse sentido, o interesse britânico na abolição do trabalho escravo entendia-se como uma estratégia de ampliar o mercado consumidor mundial, pilhando suas manufaturas nas mais diferentes regiões da economia-mundo. Essa época foi o auge na expansão material britânica.

No entanto, como visto no capítulo quatro, a disseminação da indústria na Europa e América do Norte fez emergir novas potências industriais, sobretudo EUA e Alemanha, que competiriam acirradamente com a Grã-bretanha pela supremacia mundial. A intensificação das disputas das potências imperialistas e o aumento das pressões competitivas resultaram na formação de grandes conglomerados industriais, o que eliminaria a livre concorrência fazendo nascer os monopólios. Nesse conjunto, a Grã-bretanha perderia o *status* de “oficina do mundo” e a economia mundial entraria numa nova fase, na qual Arrighi (1996) chamou de expansão financeira do Ciclo Sistêmico de Acumulação Britânica.

Nesse contexto, os países periféricos, sobretudo os Latino-Americanos, mostraram-se abertos a receber o capital “ocioso” que se encontrava na *City* londrina. No caso específico do Brasil, as exportações de capitais foram, em sua maioria, na forma de empréstimos garantidos pelo governo e/ou na construção de obras de infra-estrutura, principalmente na construção de ferrovias.

Ao introduzir as estradas de ferro na produção cafeeira, o Brasil pôde expandir sua produção e tornar-se o principal produtor mundial de café, chegando a ter no final do século XIX o monopólio do mercado internacional. Na medida em que se aumentava o número e o

tamanho das plantações, agravava-se o problema da escassez de mão-de-obra; a impossibilidade do tráfico, proibido desde 1850, e a implementação de novas leis abolicionistas – Lei do Ventre Livre e do Sexagenário – criavam grande preocupação à oligarquia cafeeira e, conseqüentemente, ao Estado. No entanto, a instabilidade do centro orgânico da economia mundial, no que diz respeito a disputas políticas e reorganização produtiva do capitalismo industrial, “criaram” uma oferta de mão-de-obra capaz de suprir as necessidades da economia agroexportadora brasileira. Nesse sentido, tornou-se comum a presença do europeu, sobretudo o italiano, nas plantações de café. O governo, financiado pelo capital estrangeiro, principalmente o inglês, garantiu o fluxo migratório que se acelerou nas últimas duas décadas do século XIX. A presença do imigrante no Brasil tornou-se fundamental no processo de formação industrial do país. Observou-se que após 1870, iniciou-se a instalação de algumas fábricas, sobretudo de bens de consumo não duráveis (têxtil e alimentos). Outras indústrias foram sendo instaladas e as obras de infra-estrutura foram ampliadas; o número crescente de trabalhadores que se deslocavam do campo para a cidade em busca de melhores oportunidades pode servir como parâmetro do desenvolvimento industrial brasileiro do final do século XIX, início do século XX.

A capacidade de importar máquinas e equipamento, em sua maioria ingleses, dependia da expansão da economia cafeeira, cujo principal mercado consumidor era o Norte-Americano. No entanto, a comercialização, o transporte, a distribuição e, em alguns casos, o financiamento da produção do café eram feitos pelos ingleses. Estes, por sua vez, eram proprietários da maioria dos bancos, das principais casas de importação e exportação, das principais companhias de transporte (ferroviário e marítimo), das principais agências de seguro e da maioria das empresas provedoras de serviços públicos. Isso indica que os ingleses constituíram a base do desenvolvimento industrial brasileiro.

O Estado, como representante das oligarquias agroexportadoras, principalmente a cafeeira, pouco fez pelo desenvolvimento industrial do país. Suas políticas voltavam-se quase que exclusivamente para manutenção do preço e da produção do café. No entanto, ao promover a imigração européia, o governo “criou” o mercado consumidor que faltava ao desenvolvimento industrial brasileiro, pois a preeminência inglesa no Brasil garantiu o capital e as máquinas necessárias. Portanto, tanto a expansão da produção do café quanto a origem da industrialização brasileira são parte de um processo sistêmico, comandado pelo Estado e pelos capitais britânicos, os quais, em sua estratégia de acumulação de capital e poder em escala mundial, estimularam e ao mesmo tempo limitaram o processo de industrialização brasileira no decorrer do *Longo Século XIX*.

A continuidade da investigação deverá se concentrar em detalhar o quadro que aqui foi esboçado em linhas gerais. Para tanto, será muito útil desenhar a cadeia mercantil mundial do café, com a qual se espera mostrar que as atividades econômicas desenvolvidas no Brasil, que comporiam o que se chama economia nacional ou brasileira, são, de fato, partes de uma rede que se espalhar por diversos estados nacionais. São, em suma, partes da economia-mundo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P. **A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931**, Estudos Econômicos, 1985.
- _____. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889 – 1989**. 4º ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- ALCOFORADO, Fernando. **Um Projeto para o Brasil**. São Paulo: Nobel, 2000.
- ALVES, Francisco das Neves. **As Relações Brasil-Portugal no Século XIX: dois momentos de ruptura**. In: ALVES, F. N. (org.). **Brasil 2000 – quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas**. Rio Grande: FURG, 2000.
- _____. **Autonomia x Dependência – o Brasil no quadro das relações internacionais: estudo de três tratados**. In: ALVES, F. N. (org.). **Brasil 2000 – quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas**. Rio Grande: FURG, 2000.
- ARIENTI, Wagner L.; FILOMENO, Felipe A. **Economia Política do Moderno Sistema Mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi**. In: X Encontro Nacional de Economia Política, 2005, Campinas/SP. **Anais do X Encontro Nacional de Economia Política**, 2005.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997
- _____. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- _____. **Globalização e Macrossociologia Histórica**. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, Vol. 20, Nº 20, p. 13-23, jun. de 2003.
- _____. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ, 2001.
- ARRUDA, José Jobson de A. **A circulação, as Finanças e as Flutuações Econômicas**. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **O Império Luso-Brasileiro 1750-1822**. Vol. VIII. Lisboa: Ed. Estampa, 1986.
- _____. **A Abertura dos Portos Brasileiros 1800-1808**. São Paulo: EDUSC, 2008.
- BAER, Werner. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- _____. **Economia Brasileira**. 2º ed. São Paulo: Nobel, 2002
- BEAUD, Michel. **História do Capitalismo de 1500 até nossos dias**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1977.
- BETHELL, Leslie. **A Grã-Bretanha e a América Latina, 1830-1930**. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**, vol. IV: de 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV – XVII: tempo do mundo**. Vol. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. **O Mediterrâneo: e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II**. Vol. 2. Portugal: Martins Fontes, 1984.

- BRITO, Fausto. **Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil** In: Revista Brasileira de Estatística Populacional, Campinas, v. 21, n. 1, p. 5-20, jan./jun. 2004.
- BRUM, Argemiro. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 25^a ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2008.
- CANABRAVA, Alice P. **A grande lavoura**. In. HOLANDA, S. B. & CAMPOS, P. M. (orgs). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II. O Brasil Monárquico. Declínio e Queda do Império. 4^a ed. Vol. 4. São Paulo: Difel, 1985.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1998.
- _____. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.
- CASTRO, Ana Célia. **As Empresas Estrangeiras no Brasil: 1860-1913**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CURY, Vânia M. **História da Industrialização no Século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- DEAN, Wareen. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1971
- _____. **A Economia Brasileira, 1870-1930**. In. BETHELL, Leslie. História da América Latina: de 1870 a 1930, volume V. São Paulo: Edusp, 2002.
- _____. **A Industrialização Durante a República Velha**. In. FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). 4^a ed. Vol. 1, São Paulo: Difel, 1985.
- IGLÉSIA, Francisco. **A Industrialização Brasileira**. 5^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FAUSTO, Boris. **Expansão do Café e Política Cafeeira**. In. FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). 4^a ed. Vol. 1, São Paulo: Difel, 1985.
- FILOMENO, Felipe Amim. **Brasil e Argentina nos Quadros da Economia-Mundo Capitalista: Dívida Externa e Política Econômica (1870/1930)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006 (Dissertação de Mestrado).
- FRANCO, Gustavo H. B. **A primeira década republicana**. In: ABREU, M. de P. (org). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32^a ed. São Paulo: Companhia Nacional, 2005.
- _____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- _____. **A Economia Latino-Americana: Formação Histórica e Problemas Contemporâneos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- GLADE, William. **A América Latina e a Economia Internacional, 1870-1914**. In. BETHELL, Leslie. História da América Latina, vol. IV: de 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2002.
- GRAHAM, Richard. **Relações Internacionais: Brasil-Inglaterra**. In. HOLANDA, S. B. & CAMPOS, P. M. (orgs). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II. O Brasil Monárquico. Declínio e Queda do Império. 4^aed. Vol. 4. São Paulo: Difel, 1985.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **O Comittee de 1808 e a defesa dos interesses ingleses com**

- a Corte no Brasil.** XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, 2007.
- HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Ática, 1991.
- HOBBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1974.** São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- Labov W. **The Transformation of Experience in Narrative Syntax.** In: Labov W. Language in the inner city: studies in the Black English Vernacular. Oxford: Basil Blackwell, 1977.
- LUZ, Nícia V. **As Tentativas de Industrialização no Brasil.** In: HOLANDA, S. B. & CAMPOS, P. M. (orgs). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II. O Brasil Monárquico. Declínio e Queda do Império. 4ª ed. Vol. 4. São Paulo: Difel, 1985.
- _____. **A Luta pela Industrialização do Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- MANCHESTER, Alan K. **Preeminência Inglesa no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1973.
- MELLO, J. M. C. de. **O Capitalismo Tardio.** 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MENDONÇA, Sonia. **A Industrialização Brasileira.** 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1995.
- NIVEAU, Maurice. **História dos Fatos Econômicos Contemporâneos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- PANTALEÃO, Olga. **A presença inglesa.** In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Tomo II. O Progresso de Emancipação. 4ª ed. Vol. 1. São Paulo: DIFEL, 1976.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- _____. **História Econômica do Brasil.** 37ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil.** São Paulo, Alfa-Omega, 1986.
- SILVEIRA, Mário Rogério. **A Importância Geoeconômica das Estradas de Ferro no Brasil.** Presidente Prudente/SP: UNESP – Campus Presidente Prudente, 2003 (Tese de Doutorado).
- SIMONSEN, Roberto. **Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos.** São Paulo: Nacional, 1973.
- SINGER, P. **O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional 1890-1930.** In: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). 4ª ed. Vol. 1, São Paulo: Difel, 1985.
- SPINDEL, Cheywa R. **Homens e Máquinas na Transição de Uma Economia Cafeeira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980
- TAUNAY, Affonso de E. **Pequena História do Café no Brasil.** Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística; Ed. Da UFGRS, 2001.

VIEIRA, P. A.; COMERLATTO, L. M.; SANTOS, F. P. **Revisitando as origens da indústria no Brasil**: uma interpretação da economia política dos sistemas-mundo. In: XIX Encontro de Economia da Região Sul - ANPEC SUL, 2006, Florianópolis /SC. Anais do VI Encontro de Economia da Região Sul - ANPEC SUL, 2006.

VIEIRA, P. A.; SANTOS, F. P.; COMERLATTO, L. **As origens da indústria no Brasil**: uma interpretação a partir da Economia Política dos Sistemas-Mundo. In: VII Congresso Brasileiro de História Econômica e VIII Conferência Internacional de História de Empresas, 2007, Aracaju. VII Congresso Brasileiro de História Econômica e VIII Conferência Internacional de História de Empresas, 2007.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. **Análise dos Sistemas Mundiais**. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. Teoria Social Hoje. São Paulo: UNESP, 1999.